

**Protesto Político nas Democracias da Europa do Sul
(Portugal, Espanha e Grécia): uma análise
comparada e longitudinal (2002-2012)**

Inês Bernardo Amador

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Ciência Política

Orientador:

Doutor José Leite Viegas, Professor Associado com Agregação (ISCTE-IUL)

Co-orientadora:

Doutora Conceição Pequito Teixeira, Professora Assistente (ISCSP-UTL)

Setembro, 2013

Agradecimentos

A Deus Pai, cuja graça eterna oferece a maravilhosa esperança de tomar parte na Sua glória, consagro toda a dedicação, todo o tempo, todas as tribulações que produziram a perseverança que encheu o meu coração até ao último dia de execução deste trabalho.

Agradeço aos orientadores, o Professor Doutor José Manuel Leite Viegas e a Professora Doutora Maria Conceição Pequito Teixeira, pelos sábios conselhos, pelos esclarecimentos mais oportunos e pela disponibilidade durante todo o processo.

Agradeço ao Jónatas, ao meu lado incessantemente. Aos meus pais, sempre, pelo encorajamento e pela segurança, por me acompanharem em mais uma etapa concluída. A todos os amigos e colegas de mestrado. À Ana e à Andreia pelas orações constantes, por permanecerem com um coração alegre e paciente perante a adversidade.

Um especial agradecimento ao Professor Doutor Jaime Fonseca pela disponibilidade incansável, que me foi imerecida, e pelo contributo determinante em extraordinário momento.

Resumo

Estudos recentes sobre o tema da participação política têm verificado, em termos globais, uma crescente redução no envolvimento dos cidadãos nas tradicionais formas de participação política, associadas ao processo eleitoral e às instituições representativas, e uma ampliação do envolvimento em modalidades ligadas ao protesto político. Diferentes factores têm sido apontados como sendo explicativos e impulsionadores destas modalidades, alguns de ordem contextual e outros ao nível individual. Com este estudo pretendemos estabelecer uma análise comparativa e evolutiva entre os países da Europa do Sul, nomeadamente Portugal, Espanha e Grécia, procedendo à utilização dos dados recolhidos nas cinco vagas do European Social Survey (2002 a 2010). Para responder empiricamente ao impacto dos diferentes factores para a explicação do protesto político, analisámos especificamente o caso português antes e depois da eclosão da crise financeira e recorreremos aos dados recolhidos nas duas vagas de 2008 e 2012 do *Inquérito à População Portuguesa*.

Palavras-chave: Democracias da Europa do Sul, Participação Política, Protesto Político

Abstract

Recent studies on the subject of political participation have shown that there is an increasing global reduction of citizen involvement in traditional forms of political participation - related to the electoral process and representative institutions - and a widening of involvement in modes related to political protest. Different factors have been pointed as explanatory and driving of such modes, some at a contextual level and others at an individual level. In this study we aim to establish a comparative and progressive analysis between the Southern European countries Portugal, Spain and Greece, using the data collected by the European Social Survey's last five waves (2002-2010). In order to provide empirical answers to the impact of the different factors for the explanation of political protest, we specifically analyzed the Portuguese case before and after the financial crisis and also used the data collected through the 2008 and 2012 waves of the *Survey to the Portuguese Population*.

Keywords: Southern Europe Democracies, Political Participation, Political Protest

As actividades orientadas para o cidadão, exemplificadas pela participação através do voto e pela filiação a partidos, obviamente continuam sendo importantes para a democracia, mas hoje representam uma conceptualização estreita demais do activismo, que exclui algumas das metas mais comuns do envolvimento cívico, que se tornaram convencionais e predominantes.

Pippa Norris (2007: 639)

ÍNDICE

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Índice de Quadros.....	iv
Índice de Gráficos.....	v
Introdução - <i>Porquê estudar os fenómenos de protesto político na Europa?</i>	1
1. Objecto de estudo.....	1
2. Problema da Pesquisa.....	3
3. Objectivos da Pesquisa.....	7
4. Estrutura da Investigação.....	8
Capítulo I – Participação Política: Teorias e Perspectivas.....	10
Capítulo II – Protesto Político: Enquadramento Teórico, Operacionalização e Hipóteses da Pesquisa.....	16
Capítulo III – Dados e Metodologia.....	26
Capítulo IV – A Expansão Multidimensional do Protesto Político.....	30
1. Análise comparativa e evolutiva - O Protesto Político em Portugal, Espanha e Grécia (2002 – 2010).....	30
2. Portugal antes e depois da eclosão da crise financeira (2008 – 2012).....	34
3. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal - Continuidades e Mudanças.....	38
Capítulo V – Conclusões Gerais.....	49
Fontes.....	52
Bibliografia.....	53

ANEXOS

AI – Participação Política em Portugal, Espanha e Grécia (2002-2010).....	I
AI.1. European Social Survey 2002-2010.....	I
AI.2. Significância das Proporções das Médias – Testes de Qui-Quadrado às Percentagens do ESS (Portugal, Espanha e Grécia – 2002 a 2010)	II
AII – Participação Política em Portugal (2008-2012).....	XIV
AII.1. Determinantes individuais (Inquéritos à População Portuguesa – 2008 e 2012.....	XV
AII.2. Agregação da variável dependente – LatentGold.....	XIX
AII.3. Modelo de Regressão Logística Binária.....	XXII
AIII – Curriculum Vitae.....	XXX

Índice de Quadros

Quadro 1. Tipos e modalidades de participação política (Análise Comparativa Europeia, dados do ESS de 2002 a 2010).....	22
Quadro 2. Dimensões e modalidades de Participação Política (Análise Comparativa em Portugal, 2008 e 2012).....	23
Quadro 3. Amostras por países - European Social Survey (2002-2010).....	27
Quadro 4. Participação Política nas Democracias da Europa do Sul (%).....	30
Quadro 5. Participação Política em Portugal, por modalidade (2008 e 2012)	34
Quadro 6. Quadro Analítico para a Explicação do Protesto Político (Portugal, Espanha e Grécia, 2002-2010).....	39
Quadro 7. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal em 2008 e 2012 (Bloco 1 - Modelo de Regressão Logística Binária)	44
Quadro 8. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal em 2008 e 2012 (Bloco 2 - Modelo de Regressão Logística Binária)	45
Quadro 9. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal em 2008 e 2012 (Bloco 3 - Modelo de Regressão Logística Binária)	47
Quadro 10. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal em 2008 e 2012 (Bloco 4 - Modelo de Regressão Logística Binária)	48

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Participação Política Convencional e Não Convencional em Portugal, Espanha e Grécia, de 2002 a 2010.....	31
Gráfico 2. Participação Política Manifesta em Portugal, 2008 e 2012	35
Gráfico 3. Participação Política Latente em Portugal, 2008 e 2012.....	37

INTRODUÇÃO – *Porquê estudar os fenómenos de Protesto Político na Europa?*

1. Objecto de Estudo

Muitos dos objectos de reflexão teórica e de investigação empírica das ciências sociais não são indiferentes às circunstâncias históricas em que emergem como temas preferenciais da agenda académica. A democracia não foi, nem é, a excepção na Ciência Política a essa regra, ainda que a história nunca lhe tenha dado tréguas (Bobbio, 1997; Held, 2006; Sartori, 2005). Também o tema da participação política e a sua relação com a democracia provavelmente seja um dos mais debatidos no seio da reflexão política. Etimologicamente, o próprio conceito de política remete-nos para a participação (Della Porta, 2003: 85).

Já na obra *Poliarquia*, Robert Dahl demonstrou que ao longo do século XX o número de países democráticos aumentou, apesar do desenvolvimento desigual dos eixos da institucionalização e da participação política, referindo-se a um conceito minimalista de democracia, estritamente político (Dahl, 1971). Quando incorporamos as dimensões económica e social, pensar o século XX como o século dos direitos sociais complexifica-se, por comparação ao século XVIII dos direitos civis e ao século XIX dos direitos políticos (Marshall, 1965). As vicissitudes no desenvolvimento da participação política certamente influenciaram as expectativas mais optimistas sobre o enraizamento e o aprofundamento da democracia.

Antes da década de 60 do século XX, votar em eleições foi a principal ferramenta usada pelos cidadãos para se envolverem na tomada de decisão (Kaase, 1984). Porém, a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, observam-se mudanças radicais na participação dos cidadãos no processo de influência da decisão política, particularmente em países com um elevado nível de modernização (Inglehart, 1990), e o crescimento de formas não-institucionais de participação (Roller e Wessels, 1996).

Reconhecidamente, e segundo Dalton (2007), a preocupação demonstrada sobre a solidez da democracia é uma característica comum da Ciência Política, enquanto área disciplinar. No início do século XX, diversos analistas preocuparam-se com a capacidade da democracia para manter-se, especialmente quando confrontada com os desafios não-democráticos (Lippmann, 1922, 1997; Laski, 1931). Na condição de

democracia liberal ou representativa, o advento do Estado constitucional do século XIX, sofreu a oposição por parte do comunismo e especialmente do nazismo e do fascismo na primeira metade do século XX. No segundo pós-guerra, quando parecia talvez definitiva, foi acometida por um conjunto de regimes autoritários, alguns já estabelecidos na Europa (em Portugal, Espanha e Grécia) e outros, que despontaram na América Latina, nos anos sessenta e setenta.

Ao longo do último quartel do século XX, uma vaga de novos estudos, muitos deles críticos da democracia, foram publicados, como é o caso do estudo de Crozier, Huntington e Watanuki (1975), prevendo um fim iminente da democracia, ao questionar a eficácia do regime democrático em processar as múltiplas necessidades e exigências sociais e a sua capacidade em dar-lhes respostas efectivas e atempadas sem gerar uma paralisia na tomada de decisão ou, em última instância, a ingovernabilidade. A passagem do tempo revelou que estas previsões estavam erradas, contudo o tecido académico foi permeável à preocupação com a fragilidade da democracia, com o crescente afastamento dos cidadãos face à política e o conseqüente e generalizado desencantamento com o processo democrático. Sobretudo após as transições de regimes autoritários e totalitários, quando, nas décadas de 1990 e 2000, a institucionalização de uma ordem democrática se cruzou com as dívidas externas e as crises internas derivadas dos défices orçamentais, a corrosão inflacionária em muitos países e a dependência que então se estabeleceu desses países para com os organismos multilaterais de financiamento, redundou também em desregulamentação de direitos e na emergência de novos instrumentos autoritários de gestão.

Não é, assim, de admirar que as orientações dos cidadãos em relação ao estado da democracia estejam actualmente a mudar de modo muito significativo, sendo mesmo provável que tenham iguais implicações na tomada de decisões políticas e para o futuro da democracia, dada a complexidade das causas destas mesmas tendências (Dalton, 2007). Em cada país há eventos específicos que, geralmente, os especialistas a nível nacional associam às tendências da opinião pública desses mesmos países, por exemplo, os problemas da desobediência civil ou das acções de protesto. Contudo, mais do que o resultado deste ou daquele evento específico, é muito provável que estejamos perante tendências que ultrapassam as fronteiras nacionais para se tornarem tendências transversais, em virtude da quase simultaneidade das crises políticas, económicas e

sociais num diversificado conjunto de países. Mais do que forças explicativas nacionais, talvez estejamos antes perante forças sistémicas de teor internacional e até global, e são estas que estão “de fora para dentro” a mudar a relação entre os cidadãos e o Estado nas democracias contemporâneas.

Os governos circunscrevem-se, em muitas matérias, a dar execução a directrizes comunitárias, os próprios parlamentos são esvaziados de algumas das suas tradicionais atribuições, assistimos à afirmação de uma sociedade civil pela entrada em acção de uma multiplicidade de movimentos sociais arraigados a diversos tipos de cidadania (civil, política e social). A redução crescente da participação eleitoral, o aumento da instabilidade e volatilidade eleitorais, a consequente fragmentação dos sistemas partidários e o declínio progressivo da identificação partidária (Dalton e Wattenberg, 2002; Franklin, 2004; Lane e Ersson, 2007), o decréscimo da adesão e do activismo partidário por parte dos cidadãos (Van Biezen, Mair e Poguntke, 2012), bem como a sua crescente desmobilização em relação às formas tradicionais de associativismo e activismo social (Van Deth, Montero e Westholm, 2007), juntamente com níveis de confiança política bastante baixos (Mishler e Rose, 1995, 1997, 1999, 2001; Nye et al., 1997; Warren, 1999; Newton e Norris, 2000; Norris, 1999; Pharr e Putnam, 2000; Dalton, 2007; Cook e Gronke, 2005), parecem servir de enquadramento aos novos fenómenos de participação política, tanto em Portugal, como em Espanha e na Grécia.

2. Problema de Pesquisa

Na maioria dos países o protesto político passou a integrar o repertório das formas de participação utilizadas pelos cidadãos para expressar a indignação generalizada e para exigir mudanças políticas. Paralelamente à constatação dos actos de protesto em relação aos governos, as sociedades sofreram alterações profundas nas últimas décadas. O impacto transnacional e supranacional das instituições políticas numa era globalizada transformou a forma como os cidadãos observam a política e as redes sociais que, ao deixarem de ser meras organizações informais, se converteram num dos principais modos de organizar a sociedade através das novas tecnologias de informação e de comunicação massificadas (Castells, 2009).

Tendo em conta a diversidade das formas de participação e a subsequente dinâmica motivacional de cada uma, optou-se por centrar todo o trabalho de pesquisa no protesto político, uma vez que estes novos fenómenos de participação estão inseridos dentro de um contexto político, económico e social concreto e bastante actual. É, assim, objectivo desta pesquisa encontrar um modelo explicativo para o protesto político observando o impacto dos determinantes individuais na dinâmica do protesto político, especificamente em Portugal, antes e depois da eclosão da crise financeira, e tendo como base uma análise comparada das acções de protesto nas democracias contemporâneas da Europa do Sul (Portugal, Espanha e Grécia) entre 2002 e 2010.

A participação em protestos políticos assumiu uma presença crescente na Europa a partir de 2008, justificando assim o estudo e análise detalhada destes novos fenómenos de participação política. Em Maio de 2011, um conjunto de manifestações tiveram lugar em Espanha procurando, através da Plataforma “Democracia Real Já”, justiça social e lutando contra a corrupção política. Estes movimentos depressa se alargaram, a outras democracias ocidentais (particularmente, europeias), tendo a crise financeira e económica nos países da Europa do Sul, bem como a desconfiança política como pano de fundo comum.

Neste sentido, os fenómenos de protesto irromperam e assolaram a Europa do Sul com um discurso revelador de uma forte contestação face ao *status quo*, mas essencialmente desprendido de disposições partidárias e sistémicas, e na ausência de um pensamento político razoavelmente estruturado, que não se aproxima de um populismo impulsionado pelos novos partidos *anti-establishment*, tornaram-se uma realidade paradigmática que urge ser reflectida.

Após três anos de crise, as primeiras expressões de contestação surgiram em Espanha, onde o desemprego atingiu, em 2011, os 20%, atingindo os 43% entre os mais jovens. Os cidadãos que se manifestaram – e manifestam - em Espanha reclamam por mais democracia, num contexto de grandes sacrifícios nacionais e desigualdades sociais. Em Fevereiro de 2011, numerosos grupos de activistas preexistentes juntaram-se ao grupo já instituído, e intitulado “Plataforma de Coordenação para a Mobilização dos Cidadãos”, tomando a decisão de mostrar, assim, o seu descontentamento generalizado.

Três meses mais tarde, a 15 de Maio, numerosos grupos manifestaram-se numa acção de protesto na praça das Portas do Sol (mais de 20 mil cidadãos), decidindo acampar na praça, espalhando-se ao longo do quilómetro zero de Espanha. O seu exemplo viria a ser seguido em muitas outras noutras cidades europeias: Barcelona, Berlim, Bruxelas, Londres, Paris, Lisboa. O «Movimiento 15-M» das Portas do Sol assemelha-se, de certa forma, ao movimento de protesto desencadeado, em Itália, dos Grillini italianos que também deram corpo ao «MoVimento 5 Stelle», liderado por uma figura da política italiana, Beppe Grillo, em 2007. Oriundo de uma manifestação anti-partidos, o «V-Day» de 2007, realizado em diversas cidades italianas, conduziu a uma onda de reivindicações e protestos. Os Grillini italianos mobilizaram-se para apoiar uma lei que proibisse os acusados de crimes de corrupção se candidatarem e exigirem uma revisão do sistema eleitoral. Já em Espanha, a iniciativa partiu da Plataforma “Democracia Real Ya” e de uma proposta de revisão da lei eleitoral para combater a corrupção no seio do panorama político espanhol. Ambos os movimentos, espontâneos e informais, mais ou menos efémeros, e sem uma base ideológica consistente, possuem pontos de convergência e ecoam um recente discurso pós-institucionalista, no qual vemos reunidos os desencantados e profundamente insatisfeitos com a política institucional, os que exprimem descrédito e desconfiança em relação à classe política estabelecida, às instituições políticas tradicionais, às políticas e às medidas preconizadas, através das quais não se sentem representados.

No caso da Grécia, a tradicional concepção de dívida nacional deixou de ser apenas uma questão nacional para ser algo a que toda a Europa diz respeito. Em Atenas, em frente ao Parlamento, na Praça Sintagma, gritaram-se palavras de ordem contra o Executivo e foram denunciadas a incompetência e impotência da classe política face às recentes medidas de austeridade impostas pela Troika. Uma das primeiras mobilizações de protesto foi convocada também através das redes sociais, por um movimento inspirando no Movimento Espanhol. Um protesto que reuniu milhares de pessoas, assumindo formas semelhantes ao levantamento estudantil ocorrido em 1973, cujo 37º aniversário foi comemorado nesse dia. Outros 12 mil cidadãos participaram num protesto na segunda maior cidade do país, Tessalónica. As duas principais centrais sindicais da Grécia, a GSEE (sector privado) e a ADEDY (sector público), convocaram os seus filiados a participarem nos protestos. Aquando das visitas da Troika ao país, a Grécia tem enfrentado também sucessivos momentos de protesto e de mobilização social contra

as medidas de austeridade. Contudo, à margem dos protestos pacíficos de milhares de pessoas nas ruas e nos próprios grupos parlamentares, a violência e os confrontos entre policiais e protestantes têm proliferado.

Também em Itália, as manifestações sucessivas em 60 cidades, com realce nas cidades de Roma, Palermo, Milão e Turim, maioritariamente lideradas por estudantes, denunciam a precariedade, o descrédito institucional e a situação de crise económica, sendo marcadas por incidentes de confronto e violência. Os activistas italianos, tal como os gregos nas principais cidades da Grécia, mobilizam-se em protestos que rapidamente se tornaram diários, descontentes com as medidas de ajustamento adoptadas pelos governos na tentativa de dar respostas à crise económica e financeira e às pressões internacionais.

O mês de Outubro de 2011 testemunhou uma série de protestos organizados pelo «Movimento Ocupa X» em Londres, Berlim, Madrid, Roma, e fora das fronteiras da Europa, em Wall Street, Tóquio e Ottawa, impulsionados pelas condições da crise económica e financeira internacional, a ordem mundial, os fenómenos de injustiça social e o desemprego. Em Londres, instalado à entrada da Saint Paul's Cathedral, e já depois de ter tentado protestar à frente à Bolsa de Londres, este Movimento teve um registo mais violento do que em outras capitais europeias, na medida em que os activistas entraram em choque com a polícia, de modo a expressar o seu descontentamento para com o sistema instituído. Em Berlim, o protesto adquiriu contornos anticapitalistas mais artísticos, com danças pelas ruas, e em Roma, os activistas expressaram pacificamente as suas preocupações acerca da crise económica e social.

Após alguns anos de aprofundamento da crise económica, as primeiras expressões de contestação e protesto surgiram em Portugal face a um panorama estatisticamente revelador com uma taxa de desemprego a atingir os 11,1% (21% entre os mais jovens), um défice orçamental a aproximar-se a passos largos dos 6%, as limitações estruturais de uma economia pouco competitiva e as consequências de uma certa inadequação da sua classe política. Os jovens portugueses foram os primeiros a mobilizar-se em toda a Europa através da manifestação da «Geração à Rasca», no dia 12 de Março de 2011, convocada pelas redes sociais e sem o envolvimento directo das máquinas partidárias e sindicais. Este fenómeno caracterizou-se por um protesto contra o desemprego e o

trabalho precário, envolvendo mais de 200 mil pessoas. Em Maio de 2011, já com o país intervencionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pela Comissão Europeia (CE) e pelo Banco Central Europeu (BCE) e através da fraca e incipiente capacidade de decisão e tomada de posicionamento das instituições políticas, surgiu o «Movimento Democracia Verdadeira Já!», inspirado pelo movimento espanhol de 15 de Maio.

Actualmente, a questão do ciberactivismo tem sido alvo de diversas preocupações e distintas abordagens, principalmente no que diz respeito a perceber e controlar o hackactivismo, na tentativa de conceber e distinguir este recente fenómeno como sendo um crime cibernético ou legítima manifestação digital. Nos primeiros meses de 2011, o grupo «Anonymous» uniu-se para perpetrar acções coordenadas que necessitassem de um maior poder de resposta digital. Outro tipo de hackactivismo menos opressivo é aquele que visa melhorar a usabilidade de dados públicos, como estatísticas do governo. Além disso, a conectividade que a Internet permite também tem possibilitado a pulverização de novos fenómenos de protesto, através de redes sociais como o Facebook, entre outras, sendo através delas que muitas mobilizações e acções protesto são convocadas e organizadas um pouco por toda a Europa e fora da Europa.

Multiplicam-se os sinais de que vivemos um período histórico marcado pela emergência de desafios procedentes da crise financeira e económica global e pela urgência de uma participação política crescente, caracterizada pelo alargamento do reportório das formas de acção política, que tende a contrariar os limites evidenciados, tanto por parte das instituições democráticas tradicionais, como das classes políticas que tutelam os cargos de representação pública e são chamadas a assumir as funções de governação.

3. Objectivos da Pesquisa

É neste sentido, e no seio de alguma controvérsia, que se insere a presente pesquisa tendo como objectivo geral estabelecer uma perspectiva longitudinal e comparada do protesto político em Portugal, Espanha e Grécia, entre 2002 e 2012 e questionar: como evoluiu o protesto político nos três países face ao contexto nacional? Como evoluiu internamente o protesto político relativamente às outras formas de participação? Quais

os determinantes individuais do protesto e como têm evoluído em Portugal entre 2008 e 2012, antes e depois da eclosão da crise político-económica?

De acordo com este enquadramento os principais objectivos da pesquisa são:

- 1) Comparar os níveis de participação política em Portugal, Espanha e Grécia entre 2002 e 2010, de modo a perceber qual a evolução do protesto político;
- 2) Verificar se entre 2002 e 2010 se observaram alterações internas no padrão do protesto político em Portugal, Espanha e Grécia, comparativamente;
- 3) Observar as mudanças no protesto político em Portugal antes e depois da eclosão da crise financeira e económica (2008 e 2012);
- 4) Analisar os determinantes individuais do protesto político em Portugal antes e depois da eclosão da crise financeira e económica (2008 e 2012)

Em síntese, desenvolver uma reflexão teórica e empírica, em sede académica, sobre o protesto político implica colocar sob análise os desafios e reptos constituídos pelo seu impacto político e social à luz dos problemas e debates que caracterizam as democracias representativas contemporâneas, especificamente em Portugal, Espanha e Grécia. Importa sobretudo desenvolver abordagens teóricas convergentes, formas de operacionalização e tratamento conceptual e técnicas de recolha de dados comuns às três democracias da Europa do Sul de forma a facilitar a comparação e a explicar a evolução do protesto político em cada país.

4. Estrutura da Investigação

A investigação irá contemplar duas grandes partes: a primeira abrange toda a revisão da literatura e enquadramento teórico (primeiro e segundo capítulos), a segunda circunscreve-se à análise empírica (terceiro e quarto capítulos), que fundamenta a parte anterior.

Numa primeira parte serão analisadas em profundidade as teorias da participação política, as várias abordagens e as diversas tipologias, desde o contributo de Dahl até às

mais recentes teorias da participação política com Dalton, Norris e Della Porta. Justificamos como a adesão ao protesto político tem vindo a crescer em detrimento das formas de participação tradicionalmente instituídas, com a emergência do cidadão crítico e, mais tarde, com a eclosão de uma conjuntura de crise, do comportamento político racional dos cidadãos. O protesto político será descrito nesta parte.

A segunda parte analisa estes fenómenos, observa a evolução dos mesmos, apresenta as considerações que lhe são merecidas e avalia o seu impacto. Primeiramente analisamos comparativa e evolutivamente o protesto político nas democracias do Sul da Europa, em Portugal, Espanha e Grécia, entre 2002 e 2010. Posteriormente centramo-nos na evolução do protesto político e nos seus determinantes individuais especificamente em Portugal, antes e depois da eclosão da crise financeira.

Capítulo I – Participação Política: Teorias e Perspectivas

A participação política é, antes de mais, um dos elementos fundamentais do sistema político e da cidadania nos regimes de democracia representativa. Segundo Verba e Nie (1972: 2) a “participação política refere-se às actividades desenvolvidas pelos cidadãos que estão mais ou menos directamente direccionadas para influenciar a escolha dos governantes e as decisões que eles tomam”. Importa salientar, em primeiro lugar, que a participação política reporta-se aos cidadãos, indivíduos que não intervêm directamente nas decisões políticas e, em segundo lugar, que a participação dirige-se, necessariamente, aos governantes, detentores do poder político.

Diversos estudos revelam que Portugal tem vindo a consolidar um protótipo de participação caracterizado por uma fraca mobilização, principalmente no que diz respeito às novas formas de participação política e ao protesto político, em particular, afastando-o dos países da Europa Central e do Norte (Viegas, Belchior e Seiceira, 2010). Contudo abordagens recentes afirmam que se está a assistir, actualmente, a uma certa desintegração das formas convencionais de participação política, com um reforço do recurso às novas formas de participação política, por um lado, e com a pulverização dos novos media e das novas tecnologias de informação e comunicação, com forte impacto na identidade colectiva, na mobilização actual e com uma política de insurreição e redes organizacionais inseridas num novo espaço político, por outro lado (Schussman e Soule, 2005; Kaase, 1999, 2010; Della Porta, 2011; Della Porta e Zamponi, 2012).

No decorrer das teorias associadas à participação política diversos contributos têm apontado não apenas para o alargamento da participação política pública e indissociação entre democracia e participação (Pateman, 1970:43; Barber, 1984:151), como também para um modelo de democracia designado de poliarquia, caracterizado por uma presença coerciva bastante reduzida e por uma relativa autonomia dos indivíduos perante o poder instituído (Dahl, 1971), ou possibilidades acrescidas de participação através do envolvimento associativo (Cohen e Rogers, 1995). Este alargamento que se opôs às concepções clássicas e bastante restritivas da intervenção dos cidadãos fora dos momentos eleitorais (Schumpeter, 1942, 1996) acabou por ser acompanhado por uma visão diferente da democracia, a qual concebe a participação na vida política como um

bom indicador da democraticidade governativa, apesar das ameaças e dos riscos para a democracia que autores mais conservadores veem no excesso de intensidade dessa participação ou mobilização e no despoletar de crises políticas (Almond e Verba, 1989).

Com Inglehart (1977), deu-se uma alteração relevante na forma de conceber a participação política, também ela consentânea com o momento histórico em causa. Este autor fala-nos do declínio da participação liderada por elites políticas tendo por base a mobilização das massas e a emergência e afirmação de um novo tipo de participação em que as massas assumem um papel dinâmico na tomada de decisões políticas. Esta acção política permite uma expressão mais directa das preferências e atitudes individuais, implicando, sobretudo, o surgimento de formas não convencionais de acção política ancoradas num modelo de cultura política fortemente determinado pelo comportamento político racional dos cidadãos (Dalton, 2007; Norris, 1999).

Não obstante este percurso evolutivo, a participação política é amplamente considerada um bom indicador do bom funcionamento do sistema democrático e o melhor mecanismo de salvaguarda dos interesses dos cidadãos. Não será por acaso que todas as definições de democracia, das ideais às variantes institucionais e práticas, incluem sempre a participação como um elemento definidor estruturante. Contudo, ainda que os estudos actuais a nível teórico apontem no sentido de um manifesto declínio da participação política nas sociedades modernas, os dados empíricos têm-se mostrado contraditórios: por um lado, a diminuição do envolvimento partidário e as oscilações da participação eleitoral, por outro, o aumento das formas não convencionais de participação política, em especial, junto da população mais jovem (Putnam, 2009; Viegas e Faria, 2007; Teorell, Torcal e Montero 2007).

Da mesma forma, Meyer e Tarrow (1998) sugerem que as actividades associadas aos movimentos sociais nas democracias pós-industriais têm vindo a institucionalizar-se, por outras palavras, as actividades de protesto passaram a ser tomadas como parte integrante do reportório das actividades políticas dos cidadãos. Nesta perspectiva, a participação em movimentos sociais é inerentemente política, e não irracional, como as abordagens iniciais dos movimentos sociais começaram por argumentar. Assim, se considerarmos o reportório de acção política como um conjunto de ferramentas políticas, devemos ampliar a nossa abordagem empírica da participação política e da padronização dos comportamentos eleitorais para incluir não apenas as formas

institucionalizadas de participação, como também as menos convencionais e até as mais actuais actividades de protesto político (Tilly e Tarrow, 2007; Schussman e Soule, 2005).

Neste contexto, é possível observar que as formas como os cidadãos se expressam no domínio político têm mudado dramaticamente nas décadas mais recentes. Enquanto o voto, a filiação partidária e outras formas de participação mais institucionalizadas são apreendidas numa espiral descendente, formas inovadoras de participação e envolvimento cívico parecem emergir no seio da maioria das democracias liberais (Kinglemann e Fuchs, 1995; Norris, 2002; Inglehart e Catterberg, 2002; Dalton, 2008). Importa, assim, conceber estas novas formas de participação política e, nomeadamente, o protesto político, como um comportamento colectivo, não reduzido a manifestações individuais e associado “necessariamente” ou “obrigatoriamente” a um ciclo de crise político-económica. É assim que alguns autores também definem estes movimentos sociais como uma manifestação colectiva de sentimentos de privação vivenciada por actores em relação a outros sujeitos sociais e resultantes de um vasto conjunto de infrutuosas expectativas (Della Porta e Diani, 2006). Neste sentido, existe, por um lado, a certeza de um forte envolvimento e da aceitação de riscos a curto prazo, e por outro lado, existe um território desconhecido de resultados que não são apenas difíceis de calcular, mas cuja prossecução se apresenta como uma perspectiva distante e pouco concreta.

Por um lado, diversos autores denotam a prevalência de um fenómeno de desafecção dos indivíduos em relação ao espaço político (Montero, Gunther e Torcal, 1997:137, Newton e Norris, 2000, Magalhães, 2004), em especial no pouco interesse, tempo e esforços investidos na participação política (Milbrath e Goel, 1982; Brady, 1999; Teorell, Torcal e Montero 2007), quando em causa estão, nomeadamente, as formas tradicionais de participação, como votar, contactar com políticos ou pertencer a associações (Putnam, 2000) e no desinteresse face ao sistema político, incluindo sentimentos e percepções de desconfiança, ineficácia, alienação ou simplesmente rejeição. Por outro lado, outros autores afirmam que o decréscimo da participação e envolvimento políticos está a ser acompanhado pelo incremento da adesão a modalidades não convencionais alternativas às formas de participação tradicionalmente instituídas (Inglehart, 1990; Montero e Torcal; 1994, Lipjhart, 1997).

Na maioria das democracias contemporâneas, tanto o acto de votar em eleições livres, justas, concorrenciais e periódicas, como a adesão dos cidadãos a outras formas de participação política igualmente convencionais, se bem que menos concorridas e bem mais selectivas, conheceram nos anos mais recentes um declínio mais ou menos acentuado (Dalton e Wattenberg, 2002; Putnam, 2002), o qual tem sido acompanhado por um aumento não menos assinalável dos níveis de apatia, indiferença e cinismo políticos, em geral, mas também pela crescente desconfiança dos cidadãos em relação às instituições e actores políticos, em particular (Citrin, 1974; Miller, 1974; Lipset e Schneider, 1987; Mishler e Rose, 1995, 1997, 1999, 2001; Nye et al., 1997; Warren, 1999; Newton e Norris, 2000; Norris 1999; Pharr e Putnam, 2000; Dalton, 2007; Cook e Gronke, 2005). Contudo, em vários países têm-se verificado paralelamente a adesão dos cidadãos a novas formas de participação política e cívica; ditas, estas, menos convencionais ou até mesmo não convencionais (Della Porta, 2003; Inglehart e Catterberg, 2002; Norris, 2007; Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005; Catterberg, 2003) e, mais recentemente, o crescimento do protesto político.

Esta tendência, aparentemente paradoxal, tem levado muitos autores a questionar a tão propagandeada “crise de participação” nas democracias contemporâneas, contrapondo, a esta perspectiva pessimista uma bem mais optimista e até “virtuosa”, para usarmos aqui os termos propostos por Pippa Norris (Norris, 2007). Segundo esta, e outros autores, não só a tentativa de fazer o obituário das velhas formas de participação política se revela prematura, como se assiste também a um novo e mais alargado reportório das formas de participação política (Stolle e Hooghe, 2004, 2005). Como consequência, em detrimento de uma geração apática ou alienada, diversos autores perceberam a geração pós-moderna proveniente dos novos modos de envolvimento que parecem reflectir um novo cidadão crítico, que continua interessado em assuntos sociais, apoia fortemente os valores democráticos e igualitários, mas afasta-se dos sistemas convencionais de representação e mediação e prefere participar através de estruturas horizontais, reticulares e de forma autónoma (Inglehart, 1997; Inglehart e Welzel, 2005; Norris, 1999, 2003). Também para Schudson (1998) o ideal do cidadão informado sofreu alterações: no modelo por ele proposto, apesar de não ter resolvido alguns dilemas democráticos, o “cidadão monitor” apresenta ainda altos níveis de interesse político e social, no entanto tende a evitar as formas institucionalizadas, baseadas numa rotina de participação e monitoriza criticamente o sistema a partir de uma determinada

distância, apenas intervindo quando necessário, geralmente quando existem reportórios individuais de acção (ver também Hooghe & Dejaeghere, 2007; Husticks et al. 2012). Quer isto significar que a participação política dos cidadãos se tem transformado e diversificado de forma bastante significativa ao longo dos anos, quer em termos de actores individuais e colectivos (Quem participa?), quer em termos de modalidades de acção e de expressão (Como se participa?), quer, por fim, às instituições ou actores políticos a quem se dirige essa mesma participação ou aos principais motivos pelos quais se participa (Porque se participa?).

Observamos, assim, que não poucos autores, em vez de sustentarem a tese mais corrente da existência de uma “crise de participação” com consequências extremamente negativas ao nível da legitimidade e autoridade dos governos, contraponham antes uma tese em tudo distinta, falando inclusivamente de uma “revolução participativa” (Kaase, 1984). Esta caracterizar-se-ia, em seu entender, pelo continuado e acentuado crescimento das formas de participação política não-institucionalizadas, referindo-se aqui muito em particular às diferentes formas de protesto político. Este padrão de desenvolvimento tem sido, aliás, descrito como a “normalização do não-convencional” (Fuchs, 1991). Como muitos autores sublinham, sempre que os cidadãos se sentem bloqueados no exercício da sua influência política através dos canais de participação legítimos, o protesto surge como uma outra possibilidade de acção de contestação e participação no espaço cívico (Dieter Opp e Roehl, 1990; Della Porta, 2011; Della Porta e Zamponi, 2012).

Contudo, a natureza e as formas de protesto têm conhecido um processo de transformação bastante célere, atendendo ao tipo de participantes, às modalidades e meios de mobilização cívica, que configuram cada vez mais o chamado “activismo digital” (Jordan, 2004; Hara, 2008; Della Porta, 2011). No passado o protesto era uma modalidade de acção política usada sobretudo por grupos oriundos dos sectores mais excluídos ou desprivilegiados da sociedade, visando sobretudo desafiar o *status quo* e a legitimidade das instituições políticas estabelecidas. Actualmente, o protesto político estende-se a sectores muito alargados e heterógenos da sociedade e assume uma faceta muito mais radical do que reformista, muito mais disruptiva do que funcional; extravasando, não raro, os limites da ordem pública e da legalidade e assumindo diferentes formas de violência.

Com efeito, o protesto político moderno é tipicamente uma forma de participação política planeada por indivíduos, grupos e movimentos que organizam de forma deliberada as suas actividades, determinando quais os modos de acção preferenciais, os momentos mais oportunos e os alvos mais eficazes junto dos quais se pretendem fazer ouvir e defender publicamente as suas causas, tanto a nível nacional, supranacional como transnacional. Assim, para muitos indivíduos, grupos e movimentos, o protesto tende a tornar-se hoje mais um recurso político ao dispor dos cidadãos pós-modernos para mobilizarem as várias opiniões públicas e influenciarem os decisores políticos. Na verdade, se até há algum tempo o protesto político era considerado algo distinto das formas de participação convencionais, o facto é que ele tende a impor-se hoje cada vez mais como a sua extensão só que por outros meios (Dalton 1998: 63, ver também Nicolescu, 2002).

Depois desta breve exposição sobre as principais tendências da literatura segue-se o enquadramento teórico, a operacionalização das formas de participação política, através do exercício classificativo e tipológico das mesmas, dando ênfase às modalidades do protesto político, e as hipóteses da pesquisa.

Capítulo II – Protesto Político: Enquadramento Teórico, Operacionalização e Hipóteses da Pesquisa

Considerando a existência de um certo consenso nas recentes definições de participação política (Brady, 1999; Pasquino, 2010; Teorell, Torcal e Montero, 2007) e de alguns esforços recentes no sentido de determinar o envolvimento político (Aldrich, 1993; Dalton, 2007; Dalton, Sickle e Weldon, 2009; Leighley, 1995; Norris, 2007; Verba, Scholozman e Brady, 1995; Whiteley, 1995), o exercício de operacionalização neste capítulo requer uma trajetória, primeiramente através da definição conceptual, passando pelo mapeamento da literatura internacional sobre as diferentes propostas de tipologias das modalidades de participação política, chegando, por fim, às hipóteses de pesquisa e às tipologias classificatórias utilizadas no presente estudo.

Em termos conceptuais, podemos dizer que o protesto político tem sido entendido, de um modo geral, como uma modalidade de participação que resulta do contacto, informal e reticular, que se estabelece entre indivíduos e actores colectivos (partidos, grupos e movimentos), visando a defesa de causas de índole tanto nacional como transnacional; sendo esta relação conformada fundamentalmente pela cultura cívica e pelas condições políticas, institucionais e socioeconómicas dos diferentes países (ou seja, pela estrutura de oportunidades e constrangimentos existente), tais como a longevidade e consolidação da democracia, o desenvolvimento económico e humano de cada país (Della Porta, 2003; Norris, 2007).

O conceito de protesto político, que compreende por si só um vasto conjunto tipológico e classificativo que o caracteriza, tem sido empiricamente abordado de uma forma redutora. Podemos estender esta crítica ao próprio conceito de participação política que o abrange. O protesto político é usualmente considerado uma forma de participação política cuja acção é directa, informal e não-institucionalizada, este pode ser legal, como a participação em manifestações legais, ou ilegal, como a participação em greves não autorizadas, seja a acção de protesto pacífica ou violenta (Dieter Opp, 2009).

Inicialmente a pesquisa em Ciência Política sobre o envolvimento dos cidadãos na política tomou como principal foco a participação eleitoral. Por um longo período, o voto foi entendido como a principal medida que o cidadão tinha para ser ouvido no sistema político, e as eleições têm sido descritas como a forma mais comumente

utilizada para o exercício da cidadania e para o aperfeiçoamento da participação política. No pós-guerra alguns cientistas políticos norte-americanos começaram a pensar acerca da participação política, e debruçaram-se, essencialmente, sobre os actos intencionalmente destinados a influenciar as decisões governamentais. O trabalho de Sidney Verba, a partir de 1970, contribuiu para estabelecer esta perspectiva, tornando-se praticamente consensual entre a comunidade científica que os cidadãos também podem, para além de votar, participar activamente na política entre as eleições. Da mesma forma neste período, Verba, Nie e Kim (1978: 47) afirmam que a participação política não ocorre apenas em momentos de eleição, nem a participação eleitoral é, necessariamente, o meio mais eficaz de influência dos cidadãos, pois embora as eleições sejam um dos principais meios de escolha e controlo dos cidadãos sobre os funcionários do governo, podem tornar-se instrumentos rudimentares para a responsabilização dos mesmos.

Esta linha de pensamento foi seguida inicialmente por Barnes e Kaase no seu trabalho *Political Action* (Barnes e Kaase et al. 1979; Kaase e Marsh 1979; Verba e Nie 1972; Van Deth, Montero e Westholm, 2007: 434). O reconhecimento das modalidades de protesto político nos estudos de participação apenas vai receber um tratamento empírico sistemático com estes dois autores. A maior expressão deste diagnóstico, marcado pelo fenómeno da participação massiva e da mobilização política na forma de protestos e associado ao contexto de instabilidade política, encontra-se no binómio participação/institucionalização de Samuel Huntington (1975), bem como nos seus trabalhos sobre participação política em tais contextos (Huntington e Nelson, 1976). Este conjunto de autores foram os primeiros a criar uma distinção entre participação convencional e não convencional, construindo um quadro que tem sido seguido por autores com obras mais recentes como Inglehart (1990), Parry (1992), Putnam (1993), Norris (2002), Della Porta (2003) e Dalton (2008).

Tem resistido o argumento que os investigadores devem concentrar-se mais nos níveis de participação e não na estrutura da participação política. Contudo, investigadores afirmam que o suposto declínio na participação política observado em estudos anteriores pode ser devido ao uso de um artefacto de medição, designadamente, por se concentrar exclusivamente no nível de participação política e por não considerar possíveis novas formas de participação (Dalton, 2008; Stolle e Hooghe, 2004). Este

argumento tem sido afirmado nos trabalhos de Verba e Nie (1972: 56–63) e Verba, Nie e Kim (1978, 53-56) através de uma tipologia baseada em quatro dimensões de participação, tal como Pizzorno (1978) defendera e em detrimento do *continuum* do modelo de formas de participação de Milbrath (1982): o voto; as actividades de campanha (incluindo filiação ou trabalho para partidos políticos e organizações bem como doar dinheiro para esses grupos); o contacto com funcionários públicos e actividades comunitárias ou cooperativas (entendidas pelos autores como todas as formas de envolvimento que incidem sobre as questões da comunidade local). Da mesma forma, o trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995a) foi considerado um dos maiores esforços teóricos e metodológicos no âmbito da construção empírica de uma teoria da participação política, cujos resultados reforçaram a multidimensionalidade do fenómeno, tendo impacto em novas pesquisas empíricas (Liphart, 1997; Burns, Schlozman e Verba, 2001) e no debate normativo da disciplina (Verba, 2006; Dahl, 2006), incorporou novas modalidades e uma tipologia composta por nove elementos: voto, trabalho de campanha, contribuição para campanhas, contacto com agentes públicos, trabalho informal comunitário, membro de um conselho local, filiação partidária, contribuição para causa política e o protesto político. O trabalho de Russel Dalton também elaborou uma tipologia mais tangível baseada em cinco modos de participação: o voto, as actividades de campanha, as actividades comunitárias, o contacto com funcionários acerca de assuntos pessoais e o protesto político (Dalton, 1998:42), tendo sido identificadas pelo autor formas de participação não convencionais como assinar petições, manifestações legais, boicotes, greves não oficiais, convocar greves, manifestações ilegais, ocupações, danos, violência, sabotagem, guerra de guerrilha, sequestro, homicídio, bombardeios, revoluções e guerra (Dalton, 1998: 64).

Estudos empíricos mais recentes confirmam esta crítica, refutam as simples teses do declínio da participação e apontam, uma vez mais, para a transformação gradual dos modos de participação que ocorrem no seio dos principais eixos: a mudança nas formas ou canais de participação, por um lado, e a alteração substantivas nas questões a abordar, por outro (Micheletti, 2003, Norris, 2002; Stolle e Hooghe, 2004, 2005).

Teorell, Torcal e Montero (2007: 336-337) sugerem uma tipologia mais ampla com cinco dimensões: a participação eleitoral; a participação dos consumidores¹ (abrange a doação de dinheiro para caridade, o boicote e o consumo político, bem como assinar petições, concedendo aos cidadãos o papel de consumidor crítico); as actividades dos partidos políticos (diz respeito à filiação activa, ao trabalho voluntário ou à doação de dinheiro a partidos políticos); as actividades de protesto (compreende a participação em manifestações, greves e outras actividades de protesto) e a quinta dimensão, as actividades que se prendem com o contacto com organizações, políticos ou funcionários públicos. No trabalho realizado por Ekman e Amnå (2009) surge a tentativa de mapear a participação política, nas suas várias formas, composta por duas dimensões: uma manifesta, que inclui as formas de activismo parlamentares e extraparlamentares, e uma latente ou potencial que diz respeito aos comportamentos e formas de envolvimento que podem ser significativos para as futuras acções políticas manifestas, como as actividades baseadas no interesse pela política e assuntos sociais.

Através das teorias desenvolvidas as actividades de protesto e contestação foram reconhecidas como uma modalidade de participação política, concebidas pelos diversos autores não como uma anomalia típica de países em desenvolvimento, mas como fenómenos que estavam a emergir em contextos centrais, em termos de desenvolvimento político e económico e sem necessariamente apontar para uma crise de legitimidade das democracias, como chegou a ser apontado em alguns estudos. Tal projecto levou a uma reformulação das próprias formas de mensurar e classificar a participação política (Borba, 2012). Como Van Deth observou, “*o estudo da participação política nos últimos 50 anos é o estudo de um número continuamente crescente de formas de específicas de participação política*” (Van Deth, 2001: 5). Isto é explicado com referência à crescente relevância do governo e da política para os cidadãos nas sociedades modernas, mas também por uma contínua indefinição da distinção entre actividades políticas e não políticas, entre as esferas pública e privada.

¹ Stolle e Hooghe (2005: 260) constataram que os consumidores políticos têm mais experiência com formas não convencionais de participação (manifestações, interferência cultural ou *culture jamming*, e desobediência civil), e não evitam as formas mais convencionais de participação. Eles concluíram que “*o consumismo político revela-se não como um fenómeno inteiramente novo, mas como parte de uma série de performances activistas que servem para ampliar o espectro da política.*”

Outra forma de colocá-lo é dizer que tanto o repertório de actividades políticas como o domínio da participação política sofreram uma expansão.

As mudanças nos objectivos, formas e nos próprios participantes dos protestos políticos, devem ser consideradas à luz das mais recentes evoluções da participação política não convencional. O protesto político tem sido circunscrito às formas não convencionais de participação política devido ao seu carácter não institucionalizado. Contudo, para alguns autores o argumento que distingue o protesto político das formas de participação não convencionais pode fluir de processos complexos de mudança social: o contexto legal nacional, a transformação nas motivações e categorias sociais dos cidadãos que protestam e a mudança dos resultados esperados através do protesto político. Como afirmaram alguns autores, é seguro concluir que as formas legais de acção directa, como os boicotes, as iniciativas e manifestações dos cidadãos tornaram-se parte integrante do repertório de comportamentos políticos nas modernas democracias pluralistas (Kaase e Newton, 1995: 50).

Ao contrário da divisão reducionista de Verba e Nie (1972) entre modalidades convencionais e não convencionais, a tipologia proposta em *Political Action* percebe a relação entre participação convencional e não convencional não como excludentes, mas como repertórios mobilizados pelos cidadãos, dependendo do contexto. No conjunto das modalidades convencionais observamos aquelas já apresentadas por Verba e Nie (1972), como actividades não convencionais Barnes e Kaase referem aquelas relacionadas com os actos de protesto, os quais, numa escala de complexidade e custos, são: escrever para um jornal, assinar uma petição, participar em manifestações legais não violentas, recusar-se a pagar aluguel ou impostos, participar em boicotes, ocupar edifícios ou fábricas, bloquear o tráfego com demonstrações de rua, participar em greves não oficiais, danificar propriedade, violência pessoal e uso de armas ou explosivos (Barnes e Kaase, 1979:154).

Inglehart e Welzel (2009) também apontaram para outras denominações, diferenciando as modalidades de participação segundo a sua relação com as elites sociais: as acções *elite directed*, onde os cidadãos participam através de organizações hierárquicas, como os partidos políticos ou sindicatos (tais modalidades, segundo os autores, estariam em declínio em praticamente todos os contextos democráticos) e as acções *elite challenging*, como formas de acção directas, não institucionalizadas, cujos exemplos

mais representativos seriam as realizadas através de protestos ou boicotes. Segundo os autores estas modalidades estariam em ascensão, sendo um dos indicadores da emergência de valores pós-materialistas (Inglehart e Welzel, 2009; Inglehart e Catterberg, 2002). Do mesmo modo, Pippa Norris (2007: 639) propõe a diferenciação entre as acções *citizen oriented*, baseadas na política partidária e na participação eleitoral e as acções *cause oriented*, exemplificadas pelos movimentos sociais e pelas actividades de protesto que vão reconfigurar o campo das práticas e reportórios de envolvimento político dos indivíduos.

Em termos das tipologias propostas a classificação mais aceite pela literatura existente é aquela que diferencia as formas convencionais das não convencionais de participação e o protesto político (Barnes e Kaase, 1979; Della Porta, 2003; Norris, 2007; Inglehart e Welzel, 2009). Por participação convencional entende-se aquelas formas ligadas, em geral, ao momento eleitoral. É o caso do acto de votar e de todas as outras formas de participação mediadas pelos partidos políticos, enquanto protagonistas quase exclusivos da escolha de representantes para cargos públicos electivos, incluindo-se aqui a filiação e militância partidárias, o envolvimento em campanhas eleitorais ou o contacto directo com candidatos e representantes de diferentes formações partidárias.

Já a participação não convencional está relacionada com as actividades ligadas, em geral, a acções colectivas autónomas e não mediadas por partidos, tais como a utilização da Internet para a discussão de assuntos políticos nas diferentes redes sociais (*facebook*, *twitter*, *blogs*, entre outras). No que se refere ao protesto político em particular este tende hoje a assumir diferentes modalidades de acção, todas elas caracterizadas pela sua radicalidade e forte mediatização.

Os indicadores utilizados procederão das bases de dados seleccionadas. A análise comparativa e longitudinal do protesto político em Portugal, Espanha e Grécia será feita com base nos dados do European Social Survey (anos de 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010). Neste caso, as análises com dados agregados corresponderão aos dois tipos de participação considerados: participação convencional e não convencional (Quadro 1). O primeiro tipo corresponde à participação institucional (política e social) e o segundo tipo à participação de protesto, que engloba as formas tradicionais de protesto.

Quadro 1. Tipos e modalidades de participação política (Análise Comparativa Europeia, dados do ESS de 2002 a 2010)

Tipos de participação	Dimensões	Modalidades
Participação convencional	Participação institucional de índole política	Contacto com político ou governante
		Trabalhar em partido ou movimento político
	Participação institucional de índole social	Trabalhar em organização ou associação social
Participação não convencional	Protesto Político	Assinar petição
		Participar em manifestação pública
	Novas formas de participação política	Boicotar certos produtos

Fonte: Viegas, Teixeira e Amador, 2013

No caso da análise da participação política em Portugal, esta será feita com base nos dados dos *Inquéritos à População Portuguesa*, realizados no âmbito das seguintes pesquisas: 1) “Os Deputados Portugueses em Perspectiva comparada: Liderança e Representação Política”, dados de 2008 (Freire et al, 2009); 2) “Eleições, Liderança e Representação Política”, com dados de 2012 (Freire, et al, 2013).

Na análise comparativa da participação política entre 2008 e 2012 utilizaremos as modalidades e os valores agregados por dimensões de participação política que dizem respeito à participação de protesto.

Quadro 2. Dimensões e modalidades de Participação Política (Análise Comparativa em Portugal, 2008 e 2012)

Dimensões de participação política	Modalidades de participação política
Participação institucional de índole política	Contactar político ou governante Colaborar com um partido político Participar em encontro ou comício político Colar cartazes, distribuir panfletos
Participação política de índole social	Colaborar com associação cívica ou social Contactar ou aparecer na comunicação social Escrever carta para um jornal Colaborar com um movimento cívico em defesa de uma causa comum
Participação de protesto	Assinar petição Participar em manifestação legal Participar em greves legais Participar em greves ilegais Participar em ocupações de edifícios ou fábricas Bloquear estradas ou linhas férreas Causar danos em espaços públicos Participar em boicotes de produtos ou serviços...
Novas formas de participação política	Comprar deliberadamente um produto... Participar num fórum de discussão na internet..

Fonte: Viegas, Teixeira e Amador, 2013

Se a literatura é mais ou menos consensual quanto à definição conceptual e às tipologias acima referidas, o mesmo consenso não se verifica quanto ao diagnóstico sobre os níveis de participação e as modalidades de participação para o bom funcionamento da democracia (Norris, 2007: 630), muito menos quanto às relações (de complementaridade ou exclusão) entre participação convencional e não convencional, por um lado, e o protesto político, por outro. Como foi dito atrás, a investigação empírica tem apontado para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (Dalton e Wattenberg, 2002, Putnam, 2002), para ampliação das formas de participação não convencionais (Della Porta, 2003; Inglehart e Catterberg, 2002; Norris, 2007; Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005; Catterberg, 2003) e, mais recentemente para o

crescimento do protesto político. De acordo com os dois primeiros objectivos da pesquisa as hipóteses são:

Hipótese 1. No período entre 2002 e 2010, em termos evolutivos, é expectável que a participação de protesto tenha aumentado nas democracias da Europa do Sul.

Hipótese 2. É ainda expectável, no período entre 2002 e 2010, que o protesto político tenha sofrido alterações na sua própria diversidade interna, isto é, nas modalidades que o constituem.

No caso específico de Portugal, atendendo ao período entre 2008 e 2012, importa salientar a emergência da crise da dívida pública a partir do final de 2009, resultado de uma complexa combinação de factores económicos e financeiros e que trouxe consequências a nível político e social, com impacto significativo na governação de muitos países europeus, particularmente Grécia, Espanha e Portugal. Como referimos anteriormente, esta situação despoletou movimentos de protesto, contestação e insurreição da população nos três países, pelo que, sendo Portugal um dos mais afectados cabe-nos o ímpeto de estudá-lo com mais pormenor no que diz respeito ao protesto político. Assim, coloca-se a hipótese:

Hipótese 3. Dado o contexto político, económico e social em Portugal, é expectável que o protesto político tenha aumentado no período entre 2008 e 2012.

Em termos explicativos, os recursos socioeconómicos, frequentemente aferidos através do emprego, rendimento e do nível educacional, surgem recorrentemente na literatura como os elementos mais determinantes da capacidade de participar activamente na política (Verba e Nie, 1972; Verba, Nie e Kim; 1978; Milbrath e Goel, 1982), uma vez que são os cidadãos com um nível socioeconómico mais elevado os que dispõem de maior potencial de participação, visível na informação, capacidades e competências políticas. São os indivíduos com mais elevados níveis de educação que usufruem de rendimentos mais elevados e estão mais receptivos à informação dos meios de comunicação e conseqüentemente têm opiniões sobre assuntos políticos, estando mais predispostos a agir politicamente (Almond e Verba, 1989). A posição ideológica também é um factor que assume relevância, sobretudo na superação das limitações à participação impostas pelos factores socioeconómicos.

Também a teoria do capital social é relevante no que se refere às atitudes de cultura política, a confiança interpessoal e nas instituições políticas são factores que favorecem a participação política (Putnam, 2000). Contudo, assistimos nas últimas décadas não apenas a uma forte desideologização como também ao aumento da escolaridade que juntamente com o aumento das condições económicas têm vindo a definir o perfil do cidadão crítico, aquele que a literatura afirma ter uma maior predisposição para aderir a modalidades não convencionais de participação e, sobretudo, ao protesto político. Actualmente, são as camadas mais jovens da população, com valores pós-materialistas, menos vinculados a partidos mas politicamente mais interessados, mais competentes e contestatários, simultaneamente mais descrentes no sistema político e racionalmente mais críticos da conjuntura política, que evidenciam uma participação a este nível (Inglehart, 1977: 314). Daqui decorrem as restantes hipóteses:

Hipótese 4. Dado o contexto político, económico e social em Portugal, é expectável que sejam os cidadãos mais instruídos aqueles que mais participam em protestos políticos

Hipótese 5. Dado o contexto político, económico e social em Portugal, é expectável que sejam os segmentos mais jovens aqueles que mais participam em protestos políticos

Hipótese 6. Dado o contexto político, económico e social em Portugal, é expectável que sejam os cidadãos com uma menor identificação partidária aqueles que mais participam em protestos políticos

Hipótese 7. Dado o contexto político, económico e social em Portugal, é expectável que a participação em protestos políticos seja maior entre aqueles que fazem uma avaliação mais negativa das situação política e económica do país, verificando-se, de 2008 para 2012, uma importância acrescida dos factores conjunturais e de curto-prazo na adesão ao protesto político.

Capítulo III – Dados e Metodologia

Atendendo à literatura sobre participação política, o raciocínio comparativo a que o estudo nos impele pretende estabelecer regularidades, perceber transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, como forma de dar ênfase às tendências recentes de evolução da participação, cujas principais referências foram anteriormente sistematizadas. A expectativa central é a de que, nestes últimos anos, especificamente a partir de 2008, as modalidades do protesto político tenham ganho terreno, impulsionadas pelas variáveis contextuais políticas, económica e sociais de cada país veiculadas pelas percepções individuais da conjuntura política, pelo que importa proceder a uma análise quantitativa centralizada no indivíduo.

Para responder às nossas perguntas de pesquisa e operacionalizar o conceito de protesto político, de acordo com o enquadramento teórico adoptado, foram utilizadas duas fontes de dados distintas. Uma vez que a investigação assume uma natureza essencialmente quantitativa, recorreu-se a tratamentos estatísticos mais avançados através da análise de dados feita em IBM Statistics SPSS 21.

Para o estudo comparativo internacional entre Portugal, Espanha e Grécia, a pesquisa tem como fontes de dados a bateria de perguntas realizada pelo projecto internacional European Social Survey (ESS, 2002-2010) que se ajusta aos tipos de participação política apresentados no Quadro 1 para garantir a inclusão dos três países em estudo.

As bases de dados consideram um universo de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, residentes, em domicílios particulares, independentemente da sua nacionalidade, cidadania, língua ou estatuto jurídico. O número de países incluídos difere em cada uma das vagas do inquérito: 22 em 2002; 27 em 2004; 25 em 2006; 31 em 2008 e 27 em 2010. Foram seleccionados três países para a comparação europeia, em resultado da aplicação de três critérios: primeiro, que representassem a Europa do Sul ou Meridional, tanto a nível geográfico como do ponto de vista dos fenómenos de protesto político verificados; segundo, que o grupo de países escolhidos estivessem presentes nas cinco vagas consideradas e, por último, que houvesse distribuição equitativa dos casos entre as três democracias do sul da Europa. A amostra utilizada no presente estudo contempla os indivíduos inquiridos de Portugal, Espanha e Grécia nas cinco vagas do inquérito (Quadro 3).

Quadro 3. Amostras por países - European Social Survey (2002-2010)

	2002	2004	2006	2008	2010
Portugal	1511	2052	2222	2367	2150
Espanha	1729	1663	1876	2576	1884
Grécia	2566	2406	—	2072	2715

Nota: A Grécia não participou na terceira vaga do inquérito, em 2006

Já as modalidades incluídas e ajustadas em cada uma das formas de participação política (convencionais e não convencionais) resultam da questão “Existem diferentes maneiras de tentar melhorar as coisas em [país] ou ajudar a impedir que ocorram de forma errada. Durante os últimos 12 meses, fez alguma das seguintes?”, seguida da resposta dicotomizada “Sim” e “Não”. Assim, consideraram-se as percentagens efectivas de cada uma das modalidades de participação política, isto é, as modalidades em que os indivíduos afirmaram ter participado para proceder posteriormente à comparação de cada país. O ajuste dos dados do ESS às formas de participação teoricamente escolhidas favorece igualmente a leitura em termos evolutivos, no que diz respeito às variações de crescimento e à diversidade interna de cada uma das formas de participação.

Para a análise longitudinal do protesto político especificamente em Portugal a pesquisa baseia-se ainda nas duas vagas do *Inquérito à População – Bases de Dados*, 2008 e 2012.

A base de dados do *Inquérito à População Portuguesa – Bases de Dados* –, 2008 contempla um universo constituído pelos indivíduos residentes no continente com idades compreendidas entre os 19 e os 74 anos e uma amostra de 1350 inquiridos, distribuída, em proporção, estratificada por NUTS II e Habitat com selecção aleatória do local de residência e do inquirido (método *random route*). Em 2012, o universo da base de dados passou a ser constituído pelos indivíduos dos 18 aos 70 anos e a amostra compreende 1209 entrevistas, distribuídas proporcionalmente pelas cinco regiões.

Nos dois casos foi utilizada a mesma bateria de indicadores de participação política, de uma forma mais desagregada relativamente aos dados do European Social Survey (Quadro 2). Para observar a evolução percentual do protesto político em Portugal antes e depois da eclosão da crise financeira foi considerada a participação política como comportamento manifesto ou efectivo, mas também se captaram as atitudes face á participação política latente ou potencial. Para tal captação, a pergunta tinha as seguintes opções de resposta relativamente a cada modalidade de participação: “*Sim, já fez*”, considerada como participação manifesta, “*Não fez, mas admite fazer*”, considerada como participação potencial, e “*Não fez, nem conta vir a fazer*”, que se refere à não participação.

Finalmente, no que diz respeito à explicação do protesto político em Portugal, o último objectivo desta pesquisa, o tratamento dos dados foi feito através de uma análise de Regressão Logística Binária para identificar a relação entre uma variável dependente, neste caso o protesto político, e uma ou mais variáveis independentes quantitativas ou tratadas como tal. A Regressão Logística é um tratamento estatístico semelhante à Regressão Linear, usada quando temos uma variável dependente binária, neste caso o protesto político. Os indicadores comuns retirados das duas bases de dados ajustam-se às variáveis independentes que derivam do modelo teórico. São eles de ordem sociodemográfica, de cultura política, de capital social e de avaliação do desempenho económico e político.

Este modelo permite-nos saber quais as variáveis independentes que têm influência directa na variável dependente. Esta técnica assume que a relação só pode ser traduzida e interpretada através de duas categorias de valores, o que nos permite usar as variáveis independentes numa equação para prever o resultado do protesto político. Assim, na Regressão Logística Binária, no lugar de prevermos a própria variável dependente iremos prever a probabilidade de classificação dos indivíduos inquiridos numa das categorias.

A abordagem empírica escolhida no caso específico português não nos permite desenvolver inferências sobre as mudanças nas políticas do governo, em particular, face ao contexto económico ou social verificado. Incide, sim, especificamente nas características individuais, isto é, em indicadores identitários, atitudinais e avaliativos, para inferir dados conclusivos relativamente ao protesto político.

Capítulo IV. A Expansão Multidimensional do Protesto Político

1. Análise comparativa e evolutiva - O Protesto Político em Portugal, Espanha e Grécia (2002-2010)

Em resposta ao primeiro objectivo da investigação, analisou-se longitudinalmente a participação política em Portugal, Espanha e Grécia nas cinco vagas do inquérito realizado pelo European Social Survey (ESS). Para apurar a significância entre as proporções das médias, isto é, para perceber se as diferenças de percentagens entre 2002 e 2010 são ou não significativamente diferentes, procedeu-se à realização de Testes de Qui-Quadrado. Estes assinalaram um dado fulcral para o desenvolvimento desta análise: apenas em Portugal, de 2002 a 2010, não existe uma diferença significativa entre as percentagens da participação não convencional.

Assim, numa primeira leitura global do Quadro 4, de acordo com os desenvolvimentos teóricos já sucintamente expostos antes, bem como os trabalhos empíricos nesta área, podemos afirmar que, em termos comparativos, a participação política em Portugal apresenta valores muito inferiores em relação a Espanha e Grécia. Estes resultados tanto são válidos para a “participação convencional” como para a “participação não convencional”, que inclui o protesto político.

Os dados da última década, mostram que a participação política convencional manifesta é em Portugal globalmente muito baixa. A adesão a formas de participação institucionais de índole política, tais como contactar com um político ou governante, trabalhar num partido ou num grupo de acção política ou ainda participar a nível associativo, não ultrapassam, entre os anos de 2002 e 2010, em termos médios os 4% (Gráfico 1). Uma percentagem que fica muito aquém da vizinha Espanha que apresenta uma percentagem média de 11%, e inclusivamente abaixo das percentagens observadas, em média, e para o mesmo período, na Grécia, cerca de 7%.

Podemos igualmente constatar que o nível de participação política não convencional, que inclui aqui as novas formas de participação (boicotar certos produtos), mas também a participação de protesto (assinar uma petição ou assinar um abaixo-assinado e participar em manifestações públicas legais), é em Portugal, para o período de 2002-

2010, em termos médios, de apenas 4%. Mais uma vez, muito abaixo do nível médio observado em Espanha, que é de 18% e até da Grécia, cerca de 7%.

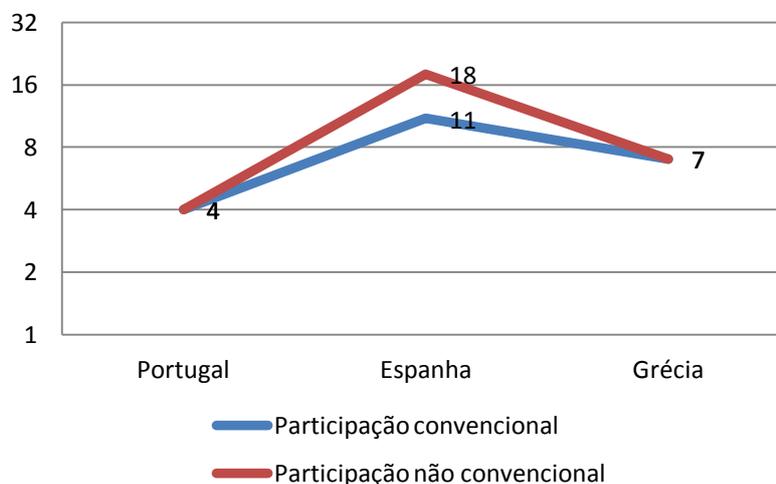
Quadro 4. Participação Política Convencional e Não Convencional em Portugal, Espanha e Grécia, de 2002 a 2010 (%)

		2002	2004	2006	2008	2010	
Portugal	Participação convencional						
	Participação institucional de índole política	Contacto com político ou governante	11,1	5,4	8,2	6,3	5
		Trabalhar em partido ou movimento político	3,8	1,7	1,8	1,4	1,8
	Participação institucional de índole social	Trabalhar em organização ou associação social	5,2	2,6	3,7	3	4
	Participação não convencional						
	Protesto Político	Assinar petição	6,7	4,4	4,8	5	5,8
		Participar em manifestação pública	4,2	3,5	3,5	3,7	3
	Novas formas de participação política	Boicotar certos produtos	3,2	2,1	2,7	3,1	2,2
	n		1511	2052	2222	2367	2150
	Espanha	Participação convencional					
Participação institucional de índole política		Contacto com político ou governante	11,5	12,6	12	10,1	13,5
		Trabalhar em partido ou movimento político	5,7	7,4	5,1	3,1	7
Participação institucional de índole social		Trabalhar em organização ou associação social	14,4	17,7	14,3	10,2	17,6
Participação não convencional							
Protesto Político		Assinar petição	21,9	24,5	22,7	17,6	26,2
		Participar em manifestação pública	15,8	33,5	18,1	15,8	18,2
Novas formas de participação política		Boicotar certos produtos	7,6	13,7	10,3	8	11,5
n			1729	1663	1876	2576	1884
Grécia		Participação convencional					
	Participação institucional de índole política	Contacto com político ou governante	14,5	13,5	—	9,9	8,6
		Trabalhar em partido ou movimento político	4,9	5,8	—	3,9	2,9
	Participação institucional de índole social	Trabalhar em organização ou associação social	5,7	5,1	—	3,9	4,7
	Participação não convencional						
	Protesto Político	Assinar petição	4,6	3,1	—	4,8	5
		Participar em manifestação pública	4,3	4,8	—	5,8	10,2
	Novas formas de participação política	Boicotar certos produtos	8,4	4,9	—	15,2	11,9
	n		2566	2406	—	2072	2715

Fonte: European Social Survey (2002, 2004, 2006, 2008, 2010)

Nota: ver também Testes de Qui-Quadrado para a significância das proporções das médias no AI.2.

Gráfico 1. Participação Política Convencional e Não Convencional em Portugal, Espanha e Grécia, de 2002 a 2010 (% *mean values*)



Atendendo ao Quadro 4, em termos evolutivos, importa ainda referir eventuais alterações nos padrões da participação política nos três países europeus, dando ênfase ao protesto político. Desde logo é visível um generalizado aumento do protesto, cuja diversidade interna sofre um considerável aumento de 2008 para 2010 em Espanha (a modalidade “Assinar petição” cresce de 17,6% para 26,2% e “Participar em manifestação pública” passa de 15,8% para 18,2%) e na Grécia (“Participar em manifestação pública” tem um incremento de cerca de 4%), confirmando positivamente as duas primeiras hipóteses da investigação. Uma vez mensurados os valores dos Testes de Qui-Quadrado (ver Anexos, AI.2, p. II), não é, assim de admirar, que em Portugal o aumento do protesto não se tenha verificado de forma generalizada, quando apenas a modalidade “Assinar uma petição” sofre uma diferença significativa de 2008 para 2010.

O facto de em Portugal não se verificar o mesmo aumento generalizado, como em Espanha e Grécia, não assume vir a ser uma discrepância mediante a formulação das duas primeiras hipóteses. Na verdade, este resultado leva-nos a procurar saber se o aumento generalizado acaba por ocorrer entre 2008 e 2012 – antes e depois da eclosão da crise económica e financeira, como veremos no próximo ponto deste capítulo. Apesar de estarmos a trabalhar com dados bastante diferentes, trabalhados a escalas de dimensões distintas, a mais-valia em incorporar inicialmente os dados longitudinais do ESS, como uma espécie de projecção inicial, e, posteriormente, a perspectiva

comparada em Portugal, é exactamente perceber o impacto do protesto de 2010 para 2012, período que o ESS não mede em termos evolutivos (a sexta vaga de 2012 ainda não tinha saído no momento do tratamento dos dados).

Em suma, quando verificamos que o protesto aumenta de forma generalizada em Espanha e Grécia, e na sua diversidade interna de 2008 para 2010, mas não em Portugal, estes resultados corroboram, ainda que parcialmente, as duas primeiras hipóteses da pesquisa, sem entrar em conflito com a análise posterior, o caso específico português.

Por fim, no que diz respeito às dimensões que constituem a participação convencional, neste caso a participação institucional de índole política e a participação institucional de índole social, é de assinalar uma tendência gradual para o declínio entre 2002 e 2010, tornando-se mais manifesta na Grécia: o contacto com um político ou governante decresce ao longo de toda a década, registando 14,5% em 2002 e 8,6% em 2010; o mesmo acontecendo com a participação a nível partidário, ainda que de forma menos linear, com um decréscimo de 2% entre o primeiro e o último ano. Em Portugal este decréscimo revela-se mais instável e com valores mais baixos: destaca-se a modalidade “Contacto com político ou governante”, com um decréscimo de adesão de cerca de 6% entre 2002 e 2010.

2. Portugal antes e depois da eclosão da crise financeira (2008 – 2012)

Analisa-se agora, em resposta ao terceiro objectivo desta pesquisa, as mudanças na participação política em Portugal antes e depois da eclosão da crise financeira (2008 e 2012), de acordo com a tipologia apresentada no Quadro 2, de forma a detectar eventuais alterações nos padrões da participação política.

O protesto político, enquanto variável dependente, resulta da junção das seguintes variáveis: “Assinar uma petição ou um abaixo-assinado”; “Participar numa manifestação legal”; Participar em greves legais”; “Participar em greves não legais”; “Ocupar edifícios e fábricas”; “Bloquear uma estrada ou linha férrea”; “Causar danos em espaços públicos” e “Participar em boicotes”, tratando-se, portanto, de uma variável quantitativa ou de escala. Para que houvesse comparabilidade entre os dados recolhidos pelos dois inquéritos foram apenas analisadas as questões que se encontram em ambos os anos de realização do Inquérito à População, como é visível no Quadro 5.

Se começarmos por atender aos dados relativos à participação institucional de índole política (manifesta) verificamos que, de 2008 para 2012, se registou um aumento nas duas modalidades comparáveis, designadamente “Contactar pessoalmente um político ou governante”, com um aumento de 4%, e “Colar cartazes e distribuir panfletos”, com um aumento de 2%, não havendo dados comparáveis entre 2008 e 2012 para a modalidade “Colaborar com um Partido Político”.

Já no que se refere às duas modalidades comparáveis na participação institucional de índole social, observa-se uma diminuição de 2% em “Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social” acompanhada de um aumento de 2% em “Colaborar com um movimento cívico em nome de uma causa comum” antes e depois da eclosão da crise em Portugal.

Quadro 5. Participação Política em Portugal, por modalidade (2008 e 2012)

	Participação Manifesta				Participação Potencial			
	2008 (n= 1350)		2012 (n= 1209)		2008 (n= 1350)		2012 (n= 1209)	
	N	%	N	%	N	%	n	%
Participação institucional de índole política								
Contactar pessoalmente um político ou governante	64	5	112	9	510	39	409	34
Colaborar com um partido político	—	—	96	8	—	—	135	12
Colar cartazes e distribuir folhetos	66	5	79	7	301	23	254	21
Participação institucional de índole social								
Colaborar com associação cívica ou social	—	—	218	19	—	—	332	28
Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social	25	2	78	7	437	33	346	29
Escrever uma carta para um jornal	34	3	—	—	482	37	—	—
Colaborar com um movimento cívico em nome de uma causa comum	38	3	55	5	391	30	407	35
Protesto Político								
Assinar uma petição ou abaixo-assinado	277	21	385	32	495	37	431	36
Participar em manifestações legais	158	12	282	24	501	38	487	41
Participar em greves legais	151	11	296	25	474	36	411	34
Participar em greves não legais	15	1	—	—	243	18	—	—
Ocupar edifícios ou fábricas	8	1	32	3	206	16	147	12
Bloquear estradas ou linhas férreas	12	1	20	2	240	18	135	11
Causar danos em espaços públicos	—	—	3	0	—	—	41	3
Participar em boicotes	68	5	—	—	452	34	—	—
Novas formas de participação política								
Comprar deliberadamente um produto por razões políticas, éticas...	82	6	160	14	477	37	365	31
Participar num fórum ou num grupo de discussão política na Internet	28	2	60	5	321	24	278	23

Fonte: Inquérito Nacional 2008 e Inquérito Nacional 2012

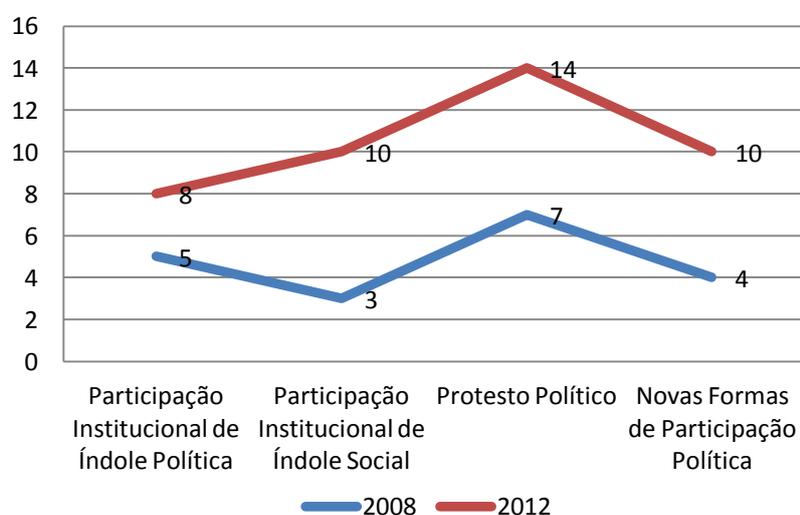
Quanto às novas formas de participação política, a situação antes e depois do resgate internacional é a seguinte: as duas modalidades enumeradas no quadro registam um aumento de 2008 para 2012, nomeadamente aquela que respeita à “Compra deliberada de um qualquer produto por razões políticas, éticas ou ambientais”, que regista um aumento de 8%, e “Participar num fórum ou num grupo de discussão política na Internet”, que regista também um aumento, ainda que menor, de cerca de 3 %.

Por fim, no que diz respeito à participação de protesto torna-se particularmente manifesto que é esta a forma de participação política que regista o maior aumento entre 2008 e 2012, antes e depois do surgimento da crise, em todas as suas modalidades comparáveis: “Assinar uma petição ou um abaixo-assinado” passa de 21% em 2008 para 32% em 2012 (+ 11%); “Participar em manifestações públicas legais” passa de

12% para 24% (+ 12%) e “Participar em greves legais” passa de 11% para 25% (+ 14%), comprovando objectivamente a terceira hipótese do estudo. Com níveis de crescimento bem menores, sem significado estatístico, temos as acções de protesto mais radicais, tais como “Ocupar edifícios ou fábricas”, que sobe 2% e “Bloquear estradas ou linhas férreas” que aumenta apenas 1%. Em termos gerais, tanto a frequência de eventos como o número de manifestantes em protestos políticos aumentaram, pelo menos nas formas que podem ser consideradas mais moderadas ou demonstrativas. Já quanto ao protesto violento, não se registou dados longitudinais determinantes, mas podemos reiterar que, mais do que a familiarização às modalidades de protesto, sejam elas legais ou ilegais, levanta-se a questão da legitimidade das mesmas.

A partir de 2012, já depois do surgimento da crise económica e social e das políticas de austeridade que se seguiram ao pedido de ajuda financeira internacional da União Europeia (UE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) por parte de Portugal em Abril de 2011- cerca de um ano depois da aprovação da UE do primeiro pacote de ajuda financeira à Grécia ao abrigo dos mecanismos temporários que entretanto tinham sido criados pela UE (o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira, MEEF) e pela zona euro – parece ter havido um aumento considerável ao nível da participação política manifesta, muito em particular ao nível da participação de protesto, que foi uma das que mais cresceu (+7% de 2008 para 2012) (Gráfico 2), muito à semelhança do que aconteceu nos países europeus resgatados, a que acrescem a Espanha e a Grécia.

Gráfico 2. Participação Política Manifesta em Portugal, 2008 e 2012 (% *mean values*)



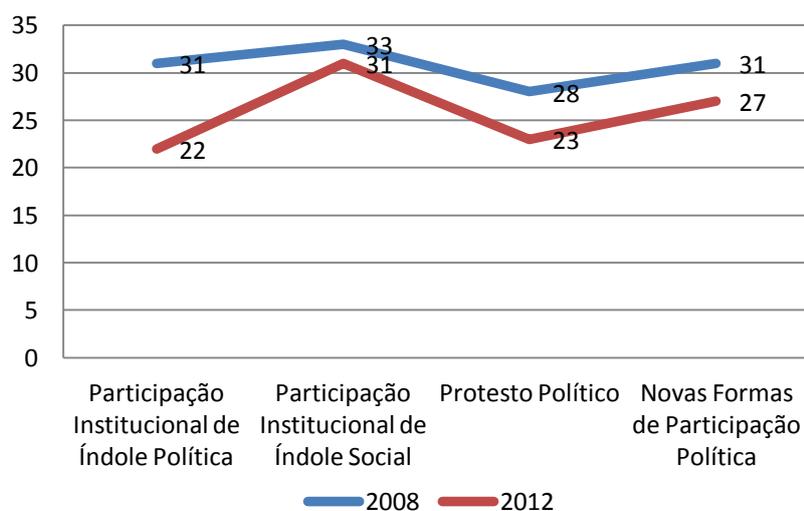
É, sobretudo, a partir deste momento que surgem os protestos massivos de grupos de indignados contra a austeridade pela Europa, organizados de forma espontânea, fortemente mobilizados pelas redes sociais e, em certos casos, acompanhados de uma violência policial sem precedentes contra os manifestantes. Recordemos o movimento dos acampados no Rossio, em Lisboa, em Maio de 2011, na sequência do movimento espanhol conhecido como 15-M, ou as manifestações que se desenvolveram um pouco por todo o país, em Setembro de 2012, reunindo milhares de pessoas sob o lema “*Que se lixe a troika. Queremos as nossas vidas*”. Muitos dos exemplos já anteriormente mencionados poderiam multiplicar-se aqui para demonstrar como as acções de protesto se multiplicaram um pouco por todo lado, e Portugal parece não ter sido excepção.

Quando olhamos para o Quadro 5, rapidamente constatamos que os níveis de participação potencial, que revelam uma predisposição psicológica para vir a participar num momento posterior na vida política, são em todas as formas de participação política, convencional mas sobretudo não convencional, bastante superiores aos níveis de participação manifesta, quer para o ano de 2008, quer para o ano de 2012. Procedendo a uma análise mais detalhada e comparativa da participação política potencial entre os dois períodos anterior e posterior à entrada da Troika em Portugal, observa-se uma diminuição (ver também Gráfico 3): “Contactar com um político ou governante” passa de 39% para 34%, “Colar cartazes e distribuir folhetos” passa de 23% para 21%, e, por último, “Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social” regista um decréscimo de 4%. Notemos que o aumento do número de manifestantes implica logicamente uma diminuição daqueles que não fizeram, mas contam vir a fazer. De assinalar é, sobretudo, o aumento de 5% no que diz respeito à predisposição ou intenção dos portugueses de virem a “Colaborar num movimento social ou cívico, visando a defesa de uma causa comum” nacional ou internacional considerada relevante, que passa de 30% em 2008 para 35% em 2012.

Quanto às novas formas de participação política regista-se o declínio de 6% quando em causa estão os bloqueios relacionados com a predisposição de comprar ou não comprar deliberadamente um qualquer produto por razões políticas, éticas e ambientais, entre 2008 e 2012 e, ainda que mais ligeiramente, a inclinação para participar num fórum ou num grupo de discussão política na Internet (-1%).

Já quanto à participação de protesto, os decréscimos percentuais mais expressivos entre 2008 e 2012 encontram-se relacionados com as formas de participação mais radicais ou, desde logo o bloqueio de estradas e linhas férreas (-7%), a ocupação de edifícios ou fábricas (-2%), a participação em greves, mesmo que legais (-2%) e, por fim, a predisposição ou vontade de vir a assinar uma petição ou subscrever um abaixo-assinado (-1%). De assinalar é contudo o crescimento (+4) da predisposição ou intencionalidade dos portugueses de virem a participar num futuro próximo em manifestações públicas, ainda que legais, sabendo nós como é extremamente difícil no terreno distinguir a fronteira entre a legalidade e a ilegalidade de muitas destas manifestações, como o comprovam muitas das manifestações que tiveram lugar em Portugal, Espanha e Grécia.

Gráfico 3. Participação Política Potencial em Portugal, 2008 e 2012 (% *mean values*)



3. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal - Continuidades e Mudanças

Para o estudo do caso português, no qual utilizamos o Modelo de Regressão Logística Binária, considerámos o protesto político em duas categorias ou classes (a categoria 1 corresponde à participação de protesto, nas formas manifesta e potencial, “*Sim, já fez*” ou “*Não fez mas admite fazer*”, e a categoria 2 diz respeito à não participação, “*Não fez e não admite fazer*”) de modo a que a análise possa ser precisa em relação aos factos que ocorreram em Portugal no período entre 2008 e 2012.

Assim, o protesto político, enquanto variável dependente, latente ou não observada, resultou da agregação de um conjunto de variáveis independentes (ver Anexos, AII.2., p. XIX). Este tipo de variáveis latentes, ou não observadas, pode caracterizar-se como resultantes de combinações de variáveis observadas, neste caso as variáveis independentes que constituem as modalidades de protesto político. São elas: “Assinar uma petição ou um abaixo-assinado”; “Participar em manifestações legais”; “Participar em greves legais”; “Ocupar edifícios ou fábricas” e “Bloquear uma estrada ou uma linha férrea”.

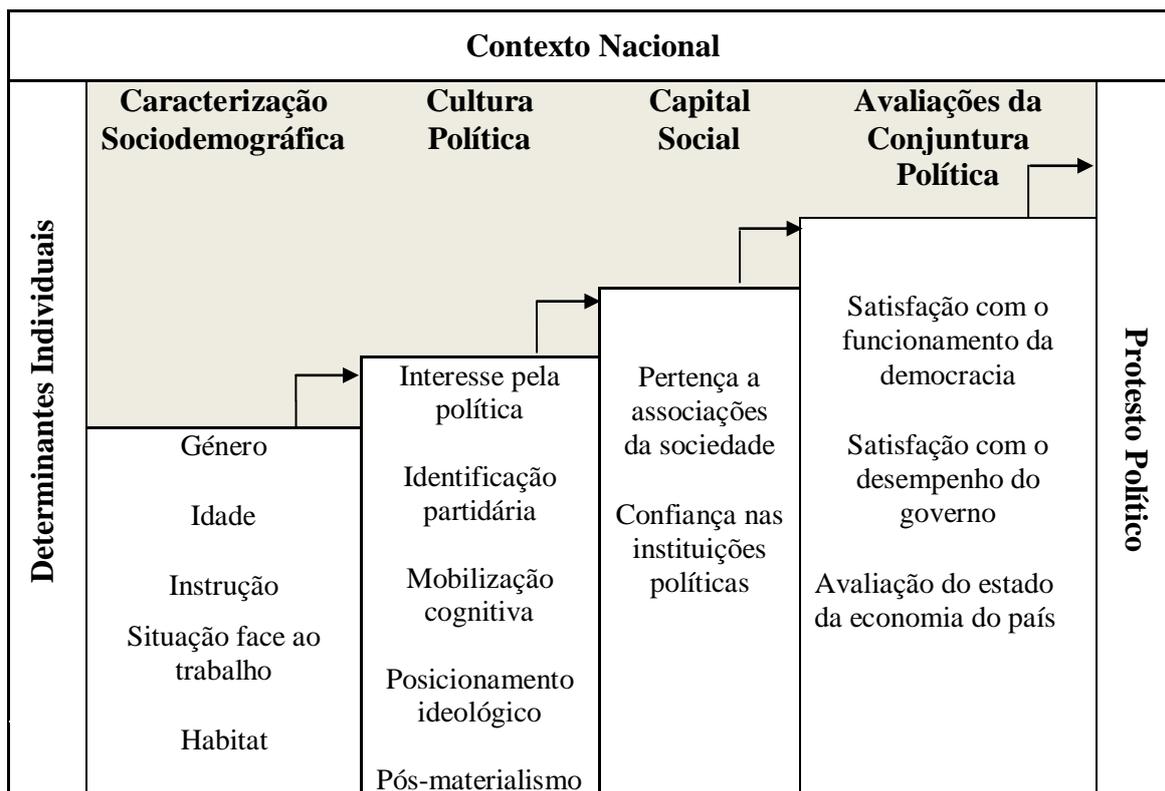
Para tal, usou-se a análise de agrupamento via modelos de classes latentes (Fonseca, 2013; Fonseca, 2009; Fonseca e Cardoso, 2007), com longa tradição nas Ciências Sociais. Para o efeito usámos o software LatentGold. Os modelos de classes latentes pretendem justificar as associações observadas entre duas ou mais variáveis observadas, usando as relações destas variáveis com uma variável latente subjacente, com duas ou mais classes (Fonseca e Cardoso, 2007).

Foram consideradas diversas variáveis independentes de natureza sociodemográfica, de cultura política, de medição do capital social e de avaliação do desempenho económico. Uma vez que o estudo é estabelecido com mais de uma variável explicativa é importante apurar se essas variáveis explicativas são correlacionadas, verificando a inexistência de colinearidade e prosseguindo com a análise.

Assim, para dar resposta ao quarto objectivo da pesquisa desenvolvemos um modelo analítico que nos permita perceber quais os factores explicativos do protesto político

dado o contexto social, político e económico antes e depois da eclosão da crise. A diferenciação entre os blocos de indicadores utilizados na análise está relacionada com a disponibilidade de dados existente na base de dados utilizada (Inquérito à População).

Quadro 6. Quadro Analítico para a Explicação do Protesto Político
(Portugal, Espanha e Grécia, 2002-2010)



As variáveis independentes incluídas no modelo encontram-se divididas em quatro blocos ou modelos.

O primeiro bloco inclui as variáveis de caracterização sociodemográfica usuais, aquelas que se reportam aos recursos individuais materiais e simbólicos, nomeadamente o “Género”, a “Idade”, a “Instrução”, e à integração social e modelo de interação, como a “Situação face ao trabalho” e a dimensão do “Habitat”.

Os primeiros estudos sobre a participação política procuraram evidenciar sobretudo as relações de causalidade entre a acção política e alguns aspectos do contexto demográfico e socioeconómico dos indivíduos. Por exemplo, os cidadãos com uma

situação conjugal e responsabilidades familiares, profissionais e associativas acrescidas associadas a uma maior integração social foram identificados como tendo uma maior predisposição para o envolvimento em actividades políticas, dada a sua maior experiência de vida e cognições sociais adquiridas associadas a uma maior participação política (Freire, 2001; Freire e Magalhães 2002). Também aqueles com maiores recursos económicos, e que evidenciam uma situação face ao emprego mais favorável com rendimentos mais elevados, têm maior disponibilidade para participar em actividades políticas (por exemplo, através do financiamento de campanhas partidárias) (Brady, Schlozman e Verba, 1995). Por sua vez, os cidadãos com um nível de instrução formal mais elevado tendem a participar mais na política do que aqueles com menores níveis de instrução, na medida em que possuem maiores capacidades individuais, e logo, um maior nível de eficácia em relação ao poder político e uma maior mobilização cognitiva que lhes permite perceber a importância e as consequências da sua participação política na sociedade. No que diz respeito ao género, em muitos contextos sociais pode influenciar negativamente a vontade de participar politicamente, especialmente em sociedades onde as oportunidades entre homens e mulheres, no plano social, laboral e político, são ainda muito visíveis. Relativamente à dimensão do habitat, os indivíduos que apresentam uma maior predisposição para participar na vida política são geralmente homens e residentes em meios urbanos.

O segundo bloco abrange as variáveis relacionadas com os valores e atitudes políticos dos indivíduos, tais como o “Interesse pela política”, a “Identificação partidária”, o “Posicionamento ideológico”, a “Mobilização cognitiva”, isto é, a exposição dos indivíduos aos media, e os valores do “Pós-materialismo”.

Estudos empíricos têm demonstrado que os indivíduos com maior interesse pela política, e que discutem com maior frequência os assuntos políticos, tendem a participar mais e a ter um maior conhecimento político (Verba et al 1995, Luskin, 1990). Assim, os indivíduos que têm uma maior ligação a um partido e que se posicionam ideologicamente têm uma maior identificação com as opções político-partidária, sendo por isso expectável que participem mais do que aqueles que não se identificam com qualquer partido político e que não só não percebem a escala esquerda-direita como são incapazes de se posicionar nela.

Um indicador que também se encontra subjacente ao aumento do nível de instrução formal dos indivíduos é a sua maior mobilização cognitiva, ou seja, a sua maior exposição política aos meios de comunicação social (rádio, jornais e internet) e, sobretudo, a sua exposição às notícias e informação políticas veiculadas pela televisão em sociedades onde os *mass media* ocupam um lugar de particular destaque (Rosenstone e Hansen, 1993). Ainda que não seja consensual os efeitos da mesma sobre o modo como os indivíduos percebem a política e o seu impacto sobre os níveis de participação, surgiram duas hipóteses distintas: por um lado, a teoria da “Video Malaise” (Putnam, 2000) segundo a qual os meios de comunicação social transmitem uma mensagem negativa da política, através de notícias de escândalos e corrupção que desencoraja a participação política e, por outro lado, a teoria do “Virtuous Circle” (Norris, 2000) que alega que os media (nomeadamente a televisão) estão relacionados com o crescimento da participação política. Quanto à introdução da variável referente aos valores do “Pós-materialismo” procurou-se ter em conta no modelo de regressão o processo de transformação nas prioridades valorativas dos cidadãos que têm implicações ao nível dos diferentes modos de participar na política. Segundo Inglehart (1977, 1990, 1997), atitudes pós-materialistas levam a uma maior predisposição para participar em formas não convencionais e de autoexpressão.

O terceiro bloco inclui as variáveis independentes relacionadas com o modelo explicativo de participação que se encontra teoricamente vinculado à teoria do capital social de Robert Putnam, na medida em que a confiança interpessoal generalizada, bem como a participação associativa capacitam cívica e politicamente os indivíduos, o que, por sua vez, se traduz numa maior atenção e participação em relação aos assuntos públicos

Por último, o quarto bloco compreende as variáveis de avaliação da conjuntura política, nomeadamente o desempenho económico e político, também relacionadas com a teoria da escolha racional, inicialmente concebida por Anthony Downs (1957). Segundo esta, é expectável que os actores se comportem em termos participativos como actores racionais e utilitaristas, e que a insatisfação com o desempenho do governo em termos económicos se traduza numa maior participação política.

Procedemos agora à análise dos determinantes individuais do protesto político em Portugal antes e depois do surgimento da crise financeira e económica (2008 e 2012), em resposta ao quarto objectivo da pesquisa. Por se tratar de uma variável categorizada, no caso binária, não seria aplicável o modelo de regressão linear que exige que a variável dependente seja expressa em escala de rácio, além de outros pressupostos. Os modelos de regressão logística substituem os modelos de regressão linear quando a variável a prever é categorizada. Por ser, em particular, binária, pois está em causa descobrir os factores que mais contribuem para justificar o Protesto Político, enquanto variável dependente, foi usado o modelo de Regressão Logística Binária.

Os quadros que se seguem mostram os resultados dos modelos de regressão feitos com a variável dependente “Protesto Político” para as duas vagas. Seguiremos a seguinte estratégia de análise: começamos por analisar o modelo explicativo no que diz respeito à sua adequabilidade e ao ajustamento do mesmo aos dados, para depois analisarmos o comportamento das variáveis em cada bloco, evidenciando quais as continuidades e mudanças de 2008 para 2012 em termos de variáveis explicativas individuais, acompanhadas das devidas justificações teóricas.

Assim, no que diz respeito ao Bloco 1, a análise efectuada define o modelo obtido como sendo bom, apresentando coeficientes Cox & Snell R Square = 17% (Cox and Snell, 1989) e Nagelkerke R Square = 22.6% (Nagelkerke, 1991). Além disso, porque valor $p = 0.952$ para o teste de Hosmer and Lemeshow, conclui-se que o modelo está bem ajustado aos dados (ver os Anexos, AII.2., p. XXII). O Quadro 7 apresenta as estimativas dos coeficientes de regressão e respectivos testes à significância, permitindo assim identificar os factores determinantes para o Protesto Político, em 2008 e 2012, antes e depois da eclosão da crise, respectivamente.

Podemos desde já concluir que são as variáveis que dizem respeito ao Género, à Instrução dos indivíduos e ao Habitat em que residem os factores mais determinantes para justificar o recurso ao protesto em 2008. Em 2012, apenas a Instrução e o Habitat se mantêm como factores explicativos do protesto. Assim, podemos observar que a relação estatisticamente significativa e positiva que existia entre o género e o protesto político em 2008, deixa de existir em 2012, se em 2008 eram as mulheres que mais participavam em protesto, este perfil torna-se mais esbatido após a eclosão da crise.

Verificamos que tanto em 2008 como em 2012 existe uma relação estatisticamente significativa e em sentido positivo entre a instrução e o recurso ao protesto, o que significa que são os inquiridos mais instruídos aqueles que mais protestam, corroborando, desde já, a quarta hipótese da investigação.

São também os cidadãos que residem em meios urbanos e semiurbanos aqueles que mais recorrem ao protesto em detrimento daqueles que vivem em aglomerados humanos menos povoados, tanto em 2008 como em 2012. Em 2008, embora se verifique uma correlação positiva entre a idade e o protesto, o facto é que esta correlação não é estatisticamente significativa, o mesmo acontecendo com a situação face ao trabalho.

Contudo, ainda que a idade não seja uma variável significativa para o modelo, os resultados mostram de facto, tanto para 2008 como para 2012, serem os cidadãos do segmento dos mais jovens aqueles que mais participam em protestos políticos, corroborando a quinta hipótese de pesquisa. É de salientar, porém, que a sociedade portuguesa não se tem caracterizado, em termos de cultura participativa, pela emergência de uma cidadania crítica, pois mesmo quando é visível um descontentamento generalizado e difuso da população, face à situação actual do país, a tendência para uma fraca participação continua a ser prevaiente. Enquanto que, em outros países, o protesto político é preponderante entre os mais jovens, em Portugal as novas formas de participação política e o protesto político vão muito ao encontro da nossa cultura de participação política, caracterizada pela baixa mobilização dos cidadãos (Viegas, Teixeira e Amador, 2013).

Quadro 7. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal em 2008 e 2012

(Bloco 1 – Modelo de Regressão Logística Binária)

	Protesto Político					
	2008			2012		
	β	Sig.	Exp(β)	β	Sig.	Exp(β)
Bloco 1						
- Género (1)	,300	,023*	1,350	,215	,176	1,240
- Género (2)			1,000			1,000
- Idade		,159			,653	
- Idade (1)	,387	,171	1,472	-,420	,370	,657
- Idade (2)	-,331	,299	,718	-,483	,191	,617
- Idade (3)	,150	,538	1,161	-,381	,284	,683
- Idade (4)	,154	,425	1,166	-,433	,131	,649
- Idade (5)			1,000			1,000
- Instrução		,000**			,000**	
- Instrução (1)	2,585	,000**	13,263	1,614	,024*	5,021
- Instrução (2)	1,323	,000**	3,756	2,439	,000**	11,460
- Instrução (3)	,758	,026*	2,133	1,251	,000**	3,495
- Instrução (4)			1,000	,974	,002**	2,648
- Instrução (5)				,566	,052*	1,762
- Instrução (6)				,321	,256	1,379
- Instrução (7)				,654	,233	1,924
- Instrução (8)						1,000
- Situação face ao trabalho		,766			,596	
- Situação face ao trabalho (1)	19,756	1,000	380071270,534	,485	,740	1,625
- Situação face ao trabalho (2)	19,579	1,000	318516938,570	,051	,972	1,053
- Situação face ao trabalho (3)	18,124	1,000	74311991,871	,462	,762	1,588
- Situação face ao trabalho (4)	39,643	,999	1646448256164619 84,000	21,051	1,000	1387801643 ,25
- Situação face ao trabalho (5)	19,826	1,000	407490534,802	-21,474	,999	,000
- Situação face ao trabalho (6)	19,115	1,000	200287342,206	,245	,865	1,278
- Situação face ao trabalho (7)	19,687	1,000	354763012,925	,013	,993	1,013
- Situação face ao trabalho (8)	19,650	1,000	341972432,715	,474	,744	1,606
- Situação face ao trabalho (9)	19,416	1,000	270442913,391	,816	,580	2,261
- Situação face ao trabalho (10)			1,000			1,000
- Habitat		,000**			,004**	
- Habitat (1)	-,710	,000**	,492	-,124	,879	,883
- Habitat (2)	-,274	,229	,760	,119	,884	1,126
- Habitat (3)	-,931	,000**	,394	,949	,267	2,583
- Habitat (4)	-,923	,000**	,397			1,000
- Habitat (5)	-,526	,115	,591			
- Habitat (6)			1,000			
Constant	-21,179	1,000	,000	-,480	,777	,619

* p < 0.05; ** p < 0.01

O bloco 2 dos modelos de Regressão Logística Binária, relacionado com as atitudes e valores que constituem a cultura política do cidadão, apresenta-se como sendo um bom modelo, com coeficientes aproximados Cox & Snell R Square = 15% e Nagelkerke R Square = 21%. Concluimos também através do valor $p = 0,899$ para o teste de Hosmer and Lemeshow, que se ajusta positivamente aos dados (ver novamente os Anexos, AII.3., p. XXII). O quadro 8 apresenta as estimativas dos coeficientes de regressão e respectivos testes à significância.

Quadro 8. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal em 2008 e 2012
(Bloco 2 – Modelo de Regressão Logística Binária)

	Protesto Político					
	2008			2012		
	β	Sig.	Exp(β)	β	Sig.	Exp(β)
Bloco 2						
- Interesse pela política		,693			,238	
- Interesse pela política (1)	-22,524	1,000	,000	-,624	,202	,536
- Interesse pela política (2)	-23,123	1,000	,000	-,939	,048	,391
- Interesse pela política (3)	-22,787	1,000	,000	-,634	,178	,530
- Interesse pela política (4)	-23,051	1,000	,000			1,000
- Interesse pela política (5)			1,000			
- Identificação partidária		,963			,835	
- Identificação partidária (1)	-23,431	1,000	,000	,278	,548	1,320
- Identificação partidária (2)	-22,655	1,000	,000	,243	,643	1,276
- Identificação partidária (3)	-22,885	1,000	,000			1,000
- Identificação partidária (4)	-45,518	,999	,000			
- Identificação partidária (5)			1,000			
- Mobilização cognitiva (índice)		,001			,001	
- Posicionamento ideológico		,339			,212	
- Posicionamento ideológico (1)	-1,828	,305	,161	-,308	,649	,735
- Posicionamento ideológico (2)	-2,718	,097	,066	-,295	,749	,744
- Posicionamento ideológico (3)	-2,108	,096	,121	-,614	,402	,541
- Posicionamento ideológico (4)	-2,879	,021	,056	-,310	,638	,734
- Posicionamento ideológico (5)	-2,395	,048	,091	,101	,879	1,106
- Posicionamento ideológico (6)	-2,009	,089	,134	-,423	,492	,655
- Posicionamento ideológico (7)	-2,468	,051	,085	,404	,566	1,498
- Posicionamento ideológico (8)	-2,062	,088	,127	1,021	,203	2,777
- Posicionamento ideológico (9)	-1,307	,288	,271	,690	,343	1,993
- Posicionamento ideológico (10)			1,000	,020	,984	1,021
- Posicionamento ideológico (11)						1,000
- Pós-materialismo (1)	,076	,832	1,079	-,302	,200	,739
- Pós-materialismo (2)			1,000			1,000
Constant	48,747	,999	148043106 260111460 0000,000	,224	,822	1,251

* $p < 0.05$; ** $p < 0.01$

Considerando agora as variáveis independentes incluídas neste bloco, podemos observar que, tanto em 2008 como em 2012, a única variável que tem uma maior e mais consistente capacidade preditora é a mobilização cognitiva dos indivíduos, com uma relação forte, positiva e estatisticamente significativa com o uso que fazem do protesto político, ou seja, quanto maior é a sua exposição aos *mass media*, maior é também a sua predisposição para aderir a modalidades de protesto, confirmando assim as expectativas teóricas relacionadas com a tese do “Virtuous Circle” (Norris, 2000).

Em 2008 há, ainda, que salientar a ambiguidade de comportamento da variável respeitante ao posicionamento ideológico, pois ainda que globalmente não seja uma variável determinante para o modelo, revela escalões centrais com alguma influência e que nos levam a afirmar que são os indivíduos que se autoposicionam mais ao centro e à esquerda aqueles que mais predispostos estão para participar em protestos políticos.

Uma nova consideração sobressai também na análise do bloco 2, nomeadamente a inexistência de uma relação estatisticamente significativa forte entre a identificação partidária dos indivíduos e o recurso que fazem às diferentes formas de protesto consideradas na análise. Contudo, os resultados mostram que é mais provável que a participação em protestos políticos seja maior por parte dos cidadãos com menor identificação partidária (estimativas dos parâmetros negativas ou valores de odds (Exp(B)) inferiores a 1 (categoria de referência). Assim, quanto menos identificados os indivíduos se sentem com um partido político e, como tal, menos integrados em estruturas institucionais e intermediadas, maior é a probabilidade de aderirem a qualquer modalidade de protesto político. Esta relação acaba por corroborar a sexta hipótese da pesquisa, segundo a qual seria expectável que fossem os cidadãos com uma menor identificação partidária aqueles que mais participassem em protestos políticos.

Como mencionado na abordagem teórica, seria expectável neste segundo bloco que a adesão aos valores pós-materialistas implicasse uma maior predisposição dos cidadãos para o uso do protesto político, o que não se verifica em Portugal nos dois anos considerados. A inexistência desta relação talvez seja passível de ser explicada pelo refluxo dos valores pós-materialistas e pela reemergência dos valores materialistas associados ao desemprego, à contracção do poder de compra coincidente com a eclosão da crise financeira e económica em Portugal.

Avançando um pouco mais na leitura dos modelos de regressão de 2008 e 2012 podemos constatar que o bloco 3, relacionado com as variáveis da teoria do capital social de Robert Putnam (1993, 2000), nomeadamente o associativismo social e cívico e a confiança nas instituições políticas, pode ser considerado um bom modelo através da análise de adequabilidade e ajustamento aos dados (conferir novamente AII.3, p. XXII).

Quadro 9. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal em 2008 e 2012
(Bloco 3 – Modelo de Regressão Logística Binária)

	Protesto Político					
	2008			2012		
	β	Sig.	Exp(β)	β	Sig.	Exp(β)
Bloco 3						
- Pertença a associações da sociedade					,000**	
- Pertença a associações da sociedade (1)	,072	,824	1,075		,000**	,195
- Pertença a associações da sociedade (2)			1,000	-1,633	,000**	,178
- Pertença a associações da sociedade (3)						1,000
- Confiança nas instituições políticas (1)	,462	,045*	1,587	,016	,919	1,016
- Confiança nas instituições políticas (2)			1,000			1,000
Constant	-1,395	,000	,248	1,199	,000	3,318

* $p < 0.05$; ** $p < 0.01$

No quadro 9 constatamos que, se em 2008 não existia uma relação estatisticamente significativa nem moderada entre o associativismo social e cívico e o recurso às modalidades de protesto ($p = .824$), em 2012 esta adquire uma significância estatística bastante determinante ($p = .000$). Podemos afirmar que a pertença dos indivíduos a associações sociais e cívicas contribui positivamente para o uso do protesto como forma de participação política. Conclui-se, deste modo, que, tal como propõe a teoria do capital social, as redes sociais formais, enquanto elemento integrador do capital social, tendem a promover este tipo de participação em Portugal, sobretudo após o deflagrar da crise financeira. Já no que diz respeito à confiança nas instituições políticas é visível o oposto, se em 2008 esta assume um sentido positivo mas estatisticamente mais fraco ($p = .045$), em 2012 essa relação esbate-se por completo, tornando-se inexistente. Este facto pode ser mais um sinal característico de uma cultura política com uma baixa mobilização e com uma escassa atitude reivindicativa, sobretudo no que diz respeito à capacidade de *accountability*, como veremos de seguida.

Por fim, atendendo ao bloco 4 (com valores mais baixos no que diz respeito à adequabilidade do modelo, tanto para 2008 como para 2012, como podemos conferir a partir da p. XXI dos Anexos, AII.4) e através da observação do quadro 10, constatamos algo que contraria a sétima e última hipótese da investigação. As variáveis relacionadas com o desempenho político (satisfação com o funcionamento da democracia) e com o desempenho económico (avaliação do desempenho económico do governo e do estado da economia do país) não apresentam, nem em 2008 nem em 2012, qualquer relação estatisticamente significativa com o recurso dos cidadãos ao protesto político. Ao nível teórico seria expectável que, com a eclosão da crise financeira e económica em 2009 e com o seu aprofundamento em 2012, os factores de curto prazo ou cíclicos adquirissem uma importância eminente entre as causas explicativas do recurso às modalidades de protesto político, o que não se verifica em Portugal.

Quadro 10. Determinantes Individuais do Protesto Político em Portugal em 2008 e 2012
(Bloco 4 – Modelo de Regressão Logística Binária)

	Protesto Político					
	2008			2012		
	β	Sig.	Exp(β)	β	Sig.	Exp(β)
Bloco 4						
- Satisfação com o funcionamento da democracia		,863			,989	
- Satisfação com o func. da democracia (1)	-,163	,910	,850	-20,565	1,000	,000
- Satisfação com o func. da democracia (2)	-,306	,832	,736	-20,683	1,000	,000
- Satisfação com o func. da democracia (3)	-,326	,822	,722	-20,624	1,000	,000
- Satisfação com o func. da democracia (4)	-,083	,958	,920	-20,871	1,000	,000
- Satisfação com o func. da democracia (5)	-,509	,729	,601	-20,560	1,000	,000
- Satisfação com o func. da democracia (6)			1,000			1,000
- Avaliação do desempenho do governo		,871			,829	
- Avaliação do desempenho do governo (1)	,281	,527	1,325	,470	,335	1,600
- Avaliação do desempenho do governo (2)	,291	,492	1,338	,496	,273	1,642
- Avaliação do desempenho do governo (3)	,394	,359	1,483	,404	,384	1,497
- Avaliação do desempenho do governo (4)	,888	,291	2,431	1,470	,223	4,351
- Avaliação do desempenho do governo (5)	,227	,640	1,254	,416	,436	1,516
- Avaliação do desempenho do governo (6)			1,000			1,000
- Avaliação do estado da economia do país		,269			,127	
- Avaliação do est. da economia do país (1)	-21,247	,999	,000	-,919	,254	,399
- Avaliação do est. da economia do país (2)	-21,257	,999	,000	-1,227	,126	,293
- Avaliação do est. da economia do país (3)	-21,417	,999	,000	-1,091	,181	,336
- Avaliação do est. da economia do país (4)	-21,086	,999	,000	-,815	,346	,443
- Avaliação do est. da economia do país (5)	-21,037	,999	,000	,208	,851	1,231
- Avaliação do est. da economia do país (6)			1,000			1,000
Constant	21,191	,999	159662 1357,5 96	21,652	1,000	2530687 265,96

* $p < 0.05$; ** $p < 0.01$

V. Conclusões Gerais

A presente análise dos fenómenos de protesto político nas democracias do Sul da Europa e, especificamente em Portugal, reiterou a distinção entre algumas das principais tendências de mudança estrutural, que se manifestaram nas últimas décadas, dos aspectos conjunturais associados à crise económica e financeira, que foi desencadeada com as falências bancárias nos EUA, em setembro de 2008. O que designámos como tendências estruturais tem a ver com as mudanças económicas, sociais e culturais ocorridas nas democracias europeias depois da II Guerra Mundial, que se refletiram na participação política e, concomitantemente, nas teorias que pretendem assimilar essas mudanças. Os dois primeiros objetivos inicialmente estabelecidos diziam respeito à evolução da participação política nas democracias da Europa do Sul na primeira década deste século, numa perspectiva comparativa europeia. O terceiro objetivo estava relacionado com as eventuais mudanças da participação política, ocorridas em Portugal antes e depois da eclosão da crise financeira. Finalmente, interessava analisar as explicações da participação política em Portugal, procurando ainda averiguar se os melhores preditores desse comportamento se tinham alterado, ou não, de 2008 para 2012, e qual o significado dessa eventual mudança.

Sobre o primeiro ponto dispúnhamos já de informação anterior, através de estudos internacionais e nacionais. Os dados agora sistematicamente analisados do ESS (de 2002 a 2010) confirmaram, na generalidade, as anteriores análises. O que desde logo se pode constatar é que a participação política em Portugal, tanto a convencional como a não convencional, é genericamente inferior à que se regista em Espanha e Grécia. Tanto em termos comparativos como evolutivos, com o aumento generalizado do protesto político em Espanha e na Grécia e com um aumento considerável em 2010 das duas modalidades que constituem a sua diversidade interna, são corroboradas, ainda que parcialmente, as duas primeiras hipóteses de pesquisa. Como reiterámos, o facto de em Portugal este incremento não ser visível não mitiga a relevância e a generalização do fenómeno para os outros dois países nem entra em conflito com a posterior análise ao caso específico português. Pelo contrário, é exactamente esta lacuna que nos apressa para a análise ao caso específico português, de 2008 para 2012.

Verificou-se, ainda, uma tendência manifesta de decréscimo no referente à participação convencional (participação institucional de índole política e participação institucional de

índole social), sobretudo em Portugal e na Grécia. Estamos, assim, perante mudanças políticas generalizadas, que apontam para atitudes de distanciamento dos cidadãos relativamente aos partidos e instituições políticas, de pragmatismo no comportamento que privilegia acções pontuais, atomísticas, sem continuidades de mediação institucional.

No que diz respeito ao estudo sobre os efeitos da crise na participação política em Portugal, entre 2008 e 2012, debruçemo-nos sobre o mais saliente: a participação de protesto manifesta ou efectiva aumentou significativamente de 2008 para 2012, o que vem de encontro às expectativas referidas na terceira hipótese da investigação. Isto é válido para as petições, mas também para as greves e manifestações legais, não sendo possível retirar conclusões mais assertivas em relação às formas mais radicais de protesto, dado o seu menor crescimento.

Quanto aos preditores do protesto político em Portugal, antes e depois da eclosão da crise, verificamos que entre os manifestantes estão aqueles com uma maior instrução formal, o que confirma a quarta hipótese da investigação, mas também aqueles residentes em meio urbano, mais atentos à informação política veiculada pelos media, mobilizados especialmente através da televisão e situados ideologicamente em escalões que são, marcadamente, centro-esquerda. Confirmando a quinta hipótese da pesquisa, continuam a ser os segmentos mais jovens aqueles que mais predispostos estão para participar em modalidades de protesto. Observamos, ainda, que são os cidadãos com uma menor identificação partidária aqueles que estão mais predispostos para participar em protestos, justificando a sexta hipótese da pesquisa.

É razão para dizer que, no período considerado os factores de longo prazo, ou estruturais, como são as variáveis identitárias, os valores e as atitudes políticas, mas também o capital social dos portugueses, importam mais enquanto determinantes individuais do protesto político do que os factores de curto prazo como são as percepções individuais sobre a conjuntura política, social e económica do país, nomeadamente o agudizar da crise económica e das suas consequências entre a generalidade da população portuguesa. Tal facto faz de Portugal um estudo de caso interessante e preponderante em termos comparativos, na medida em que a eclosão da crise financeira e económica como factor explicativo para o aumento do protesto político é uma resposta ainda não confirmada. Intuitivamente os factores conjunturais,

cíclicos ou de curto prazo seriam determinantes para o recurso ao protesto político, como se encontra plasmado na sétima hipótese da pesquisa.

O período ainda curto de existência desta crise não permitiu o surgimento de análises empíricas mais aprofundadas, mas talvez num futuro próximo seja possível estimar os seus efeitos na participação política se atendermos às mudanças económicas e sociais ocorridas. Um dos pressupostos de muitas das teorias anteriores apresentadas é que as democracias desenvolvidas se consolidaram a partir de modelos sociais de estabilidade e desenvolvimento, dando origem a cidadãos mais instruídos, críticos e com maior segurança social e níveis de vida crescentes, constituindo esta a base do aprofundamento da própria democracia.

Independentemente de estarmos perante uma crise cíclica do capitalismo ou perante um longo período de depressão económica, é notório que a crescente crise económica e financeira abalou estes pressupostos e que impulsionou mudanças no comportamento e nas atitudes dos cidadãos, nomeadamente no que se refere à participação política num conjunto bastante alargado de países na Europa. O alargamento do protesto a segmentos etários mais velhos, com um menor vínculo partidário e o seu carácter mais pontual e pragmático podem vir a ser alguns desses indícios de mudança. No entanto, em Portugal, estes factores conjunturais não revelam uma determinação empírica dos fenómenos de protesto político. Já as tendências de mudança estruturais continuam a afirmar-se: mudanças políticas que se reflectiram na participação política e, concomitantemente, nas teorias que reportaram essas mudanças, a que se juntaram razões como o fraco sentimento de eficácia externa e de eficácia interna, uma consequente desconfiança nas instituições políticas e, também, uma débil penetração dos valores pós-materialistas na sociedade portuguesa (Freire, 2003) que não permite uma cultura participativa mais crítica da conjuntura política, social e económica.

Permanece a importância acrescida de considerar esta análise mediante um espectro temporal susceptível a mudanças, sobretudo no que diz respeito ao impacto dos factores conjunturais nas percepções dos indivíduos e de futuras recolhas de dados que possam consubstanciar tais aferições.

FONTES

EUROPEAN SOCIAL SURVEY (ESS). Round 1 (2002); Round 2 (2004); Round 3 (2006); Round 4 (2008); Round 5 (2010).

SURVEY TO THE PORTUGUESE POPULATION (2012). “Elections, Leadership and Accountability: Political representation in Portugal, a longitudinal and comparative perspective” (FCT: PTDC/CPJ-CPO/119307/2010) directed by André Freire (with José Manuel Leite Viegas and Ana Belchior) at CIES-IUL (see <http://www.cies.iscte.pt/en/projectos/ficha.jsp?pkid=502&a=1367577466747>).

SURVEY TO THE PORTUGUESE POPULATION (2008). “The Portuguese Members of Parliament in Comparative Perspective: Elections, Leadership and Political Representation” (FCT: PTDC/CPO/64469//2006) directed by André Freire and José Manuel Leite Viegas at CIES-IUL (see <http://www.cies.iscte.pt/en/projectos/ficha.jsp?pkid=319>)

BIBLIOGRAFIA

- Almond, G. and Verba, S. (1989). *The Civic Culture. Political Attitudes in Five Nations*. California: Sage Publications.
- Back, H., Teorell, J. and Westholm, A. (2011). “Explaining Modes of Participation: A Dynamic Test of Alternative Rational Choice Models”. *Scandinavian Political Studies* 34 (1): 74-97.
- Barber, Benjamin (1984). *Strong Democracy. Participation politics for a New Age*. Barkeley and London: University of California Press.
- Barnes, S. and Kaase, M. (eds.) (1979). *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills, Cal: Sage Publications.
- Borba, Julian (2012). “Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação.” *Revista Sociedade e Estado* 27 (2): 263-288.
- Brady, H. (1999). “Political Participation” In J. P. Robinson et al. (eds), *Measures of Political Attitudes*. San Diego, CA: Academic Press, 737-801.
- Bobbio, Norberto (1997). *O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Burns, N., Schlozman, K. and Verba, S. (2001) *The Private Roots of Public Action: Gender, Equality, and Political Participation*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Castells, M. (2009). *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press.
- Catterberg, G. (2003). “Evaluations, referents of support, and political action in new democracies”. In: *International Journal of Comparative Sociology*, Vol 44, pp. 173-198.
- Citrin, Jack. 1974. “Comment: The Political Relevance of Trust in Government.” *American Political Science Review* 68: 973-88.

- Cohen, J. and Rogers, J. (1995). "Secondary Associations and Democratic Governance." In Eric Olin Wright (ed.), *Associations and Democracy*. London and New-York: Verso, 7-100.
- Cox, D. R., and E. J. Snell. (1989). *The Analysis of Binary Data*, 2nd ed. London: Chapman and Hall
- Cook, T. and Gronke, P. (2005). "The skeptical American: Revisiting the meanings of trust in government and confidence in institutions." *Journal of Politics* 67: 784-803.
- Crozier, Michel, Huntington, Samuel & Watanuki, Joji (1975). *The crisis of democracy*. New York: New York University Press.
- Dahl, Robert (2006). *On Political Equality*. New Haven: Yale University Press.
- Dahl, Robert (1989). *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.
- Dahl, Robert (1971), *Poliarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press.
- Dalton, R., Sickle, A. & Weldon, S. (2010). "The Individual–Institutional Nexus of Protest Behaviour". *British Journal of Political Science*, 40 (01), 51-73.
- Dalton, Russell & Hans-Dieter Klingemann (orgs.) (2009). *The Oxford Handbook of Political Behavior*, (Oxford Books of Political Science). New York: Oxford University Press.
- Dalton, Russell (2008). "Citizenship, Norms and the Expansion of Political Participation". *Political Studies*, 56 (1), 76-98.
- Dalton, Russell (2007). *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*, (Comparative Politics). Oxford: Oxford University Press.

- Dalton, R., Cain & Scarrow (orgs.) (2006). *Democracy Transformed? Expanding Political Opportunities in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Dalton, R. & Wattenberg, M. (2002). *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, (Comparative Politics). Oxford: Oxford University Press.
- Della Porta, D. and Zamponi, L. (2012). "Protest and policing on October 15th, global day of action: the Italian case". *Policing & Society*, 1-16, DOI:10.1080/10439463.2012.727596.
- Della Porta, Donatella (2011). "Communication in Movement". *Information, Communication & Society* 14(6), 800-819.
- Della Porta, D., Kriesi, H. and Rucht, D. (eds.) (2009). *Social Movements in a Globalizing World*. New York: Macmillan.
- Della Porta, Donatella (2009). *Democracy in social movements*. Houndsmill, Palgrave.
- Della Porta, Donatella (2008). "Research on Social Movements and Political Violence". *Qual Sociol*, 31: 221-230, DOI 10.1007/s11133-008-9109-x.
- Della Porta, D. and Diani, M. (2006). *Social Movements: an introduction*. Blackwell, Oxford.
- Della Porta, D. and Tarrow, S. (eds.) (2005). *Transnational Protest and Global Activism. People, Passions and Power*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Della Porta, Donatella (2003), *Introdução à Ciência Política*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Ekman, J. and Amnå, E. (2009). "Political Participation and Civic Engagement: Towards A New Typology", *Youth & Society*, Working Paper 2009: 2.
- Fonseca, Jaime R. S. (2013). *Clustering in the Field of Social Sciences: That's Your Choice*, *International Journal of Social Research Methodology*, 16 (5): 403-428, DOI:10.1080/13645579.2012.716973

- Fonseca, Jaime R. S. (2009). *Customer Satisfaction Study via a Latent Segment Model*, *Journal of Retailing and Consumer Services*, 16: 352-359.
- Fonseca, Jaime R. S. e Cardoso, Margarida G.M.S. (2007). *Mixture-Model Cluster Analysis using Information Theoretical Criteria*, *Intelligent Data Analysis*, 11 (2): 155-173.
- Franklin, Mark (2004). *Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies Since 1945*. New York: Cambridge University Press.
- Freire, André (2003). “Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparativa”, in Jorge Vala, Manuel VillaVerde Cabral e Alice Ramos (eds). *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS.
- Freire, A. e Magalhães, P. (2002). *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisbon: ICS.
- Freire, André (2001). *Mudança eleitoral em Portugal. Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*. Oeiras: Celta.
- Fuchs, Dieter and Klingemann, Hans-Dieter (1995). "Citizens and the State: A Changing Relationship?" in Hans-Dieter Klingemann and Dieter Fuchs (eds.), *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-23.
- Fuchs, Dieter (1991). "The Normalization of the Unconventional. New Forms of Political Action and New Social Movements" in: Gerd Meyer and Franciszek Ryszka (eds.), *Political Participation and Democracy in Poland and West Germany*. Warsaw: Osrodek Badan Spolecznych, pp. 148-169.
- Haerpfer, C., Bernhagen P., Inglehart, R. and Welzel, C. (2009). *Democratization*. New York: Oxford University Press.
- Held, David (2006). *Models of Democracy*. Stanford: Stanford University Press.
- Inglehart, Ronald (2008). “Changing values among Western Publics from 1970 to 2006”. *West European Politics*, 31(1-2): 130-146.

- Inglehart, R. And Welzel, C. (2005). *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. New York: Cambridge University Press.
- Inglehart, Ronald (2003). "How solid is mass support for democracy: And how can we measure it?" *Political Science and Politics*, 36(1), 51-57.
- Inglehart, R. and Catterberg, G. (2002). "Trends in political action: the development trend the post-honeymoon decline". *International Journal of Comparative Sociology* 43 (3-5): 300-316.
- Inglehart, Ronald (1997). *Modernization and Postmodernization: Cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (1977). *The Silent Revolution: Changing values and political systems among Western Publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Kaase, Max (2010). "Democracy and Political Action". *International Political Science Review* 31: 539. DOI: 10.1177/0192512110388787
- Kaase, Max (1999). "Interpersonal trust, political trust and non-institutionalised political participation in Western Europe". *West European Politics* 22 (3): 1-21.
- Kaase, M. And Newton, K. (1995). *Beliefs in Government*. New York: Oxford University Press.
- Kaase, Max (1990). "Mass Participation" In Kent Jennings and Jan Van Deth et al., *Continuities in Political Action*. Berlin: Walter de Gruyter, 23-64.
- Kaase, Max (1984). "The Challenge of the 'Participatory Revolution' in Pluralist Democracies", *International Political Science Review* 5: 299-318.
- Kriesi, H. (2008). "Political Mobilization, Political Participation and the Power of the Vote". *West European Politics*, 31 (1): 147-168.

- Lane, Jan-Eric and Ersson, S. (2007). "Party System Instability in Europe: Persistent Differences in Volatility between West and East?" *Democratization* 14 (1): 92-110.
- Li, Y. and Marsh, D. (2008). "New Forms of Political Participation. Searching for Expert Citizens and Everyday Makers". *British Journal of Political Science*, 38 (2), 247-272.
- Laski, Harold (1931). *Democracy in Crisis*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Lipjhart, A. (1997). "Unequal Participation. Democracy's Unresolved Dilemma". *American Political Science Review* 91: 1-14.
- Lippmann, Walter (1997 (1922)). *Public Opinion*. New York: Free Press Paperback.
- Lipset, S. and Schneider, W. (1987). *The Confidence Gap*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Luskin, Robert C. 1990. "Explaining Political Sophistication" *Political Behavior* 12: 331-361.
- Kinglemann, H. and Fuchs, D. (eds.) (1995). *Citizens and State*. Oxford: Oxford University Press.
- Magalhães, Pedro (2004). "Democratas, descontentes e desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político." In André Freire et al. (eds.), *Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002*. Lisboa: ICS.
- Marshall, Thomas (1965). *Class, Citizenship, and Social Development*. 2th edition. Garden City, NY: Anchor Books.
- Meyer, D. and Tarrow, S. (1998). "A Movement Society: Contentious Politics for the New Century." In David S. Meyer and Sidney Tarrow (eds.), *The Social*

Movement Society: Contentious Politics for the New Century. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1-28.

Micheletti, Michele (2003). *Political Virtue and Shopping. Individuals, Consumerism, and Collective Action*. New York: Palgrave.

Miller, Arthur H. (1974). "Political Issues and Trust in Government, 1964-70." *American Political Science Review* 68: 951-72.

Mishler, W. and Rose, R. (2001). "What are the origins of Political Trust? Testing Institutional and Cultural Theories in Post-Communist Societies." *Comparative Political Studies* 34 (1), 30-62.

Mishler, W. and Rose, R. (1999). "Five Years After the Fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe." In Pippa Norris, (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 78-99.

Mishler, W. and Rose, R. (1997). "Trust, distrust and skepticism: Popular Evaluations of Civil and Political Institutions in Post-Communist Society. *Journal of Politics* 50: 418-451.

Mishler, W. and Rose, R. (1995). "Trajectories of Fear and Hope: Support for Democracy in Post-Communist Europe." *Comparative Political Studies* 28: 553-581.

Milbrath, L. and Goel, M. L. (1982), *Political Participation: How and why do people get involved in politics?* 2th edition. Boston: University Press of America.

Montero, R., Westholm, A. and Van Deth, J. (2007). "Conclusion: The Realisation of Democratic Citizenship in Europe". In Jan Van Deth, Ramón Montero and Anders

Westholm (eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*. London and New York: Routledge.

Montero, R., Gunther, R. and Torcal, M. (1997). "Democracy in Spain: Legitimacy, Discontent and Disaffection". *Studies in comparative International Development* 32(3): 124-60.

Montero, R. and Torcal, M. (1994). "Value Change, Generational Replacement and Politics in Spain". Madrid, Instituto Juan March, *Working Paper* 56.

Nagelkerke, N. J. D. 1991. A note on the general definition of the coefficient of determination. *Biometrika*, 78(3): 691-692.

Newton, K. and Norris, P. (2000). "Confidence in Public Institutions: Faith, Culture, or Performance?" In Susan Pharr and Robert Putman (eds.), *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University Press, 52-73.

Norris, Pippa (2011). *Democratic deficit. Critical citizens revisited*. Cambridge: Cambridge University Press.

Norris, Pippa (2007). "Political Activism: New Challenges, New Opportunities." In Carles Boix and Susan Stokes (eds), *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, 628-651. Oxford: Oxford University Press.

Norris, Pippa (2002). *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Norris, Pippa (2000). *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Norris, Pippa (ed.) (1999). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. New York: Oxford University Press.

Nye, J., Zelikow, P. and King, D. (1997). *Why People Don't Trust Government*. Cambridge: Harvard University Press.

- Pateman, Carole (1970). *Participation and Democratic Theory*. London: Cambridge University Press.
- Pharr, S. and Putnam, R. (2000). *Disaffected democracies. What's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press.
- Przeworski, A. (2010). *Democracy and the limits of self-government*. New York: Cambridge University Press.
- Putnam, Robert (2009). "Is America Becoming a more Class-Based Society?" In Gary King, Kay Schlozman K. and Normal Nie (eds.), *The Future of Political Science: 100 Perspectives*. New York: Routledge Press, 158-59.
- Putnam, Robert (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- Putnam, Robert (2002). *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*. New York: Oxford University Press.
- Putnam, Robert (1993). "What Makes Democracy Works?" *National Civic Review* 92 (1): 101-107.
- Roller, E. and Wessels, Bernhard (1996). "Contexts of Political Protest in Western Democracies: Political Organization and Modernity". Veröffentlichungsreihe der Abteilung Institutionen und Sozialer Wandel des Forschungsschwerpunkts Sozialer Wandel, Institutionen und Vermittlungsprozesse des Wissenschaftszentrums Berlin für Sozialforschung, FS III: 96-202.
- Rosenstone, S. and Hansen, J. (1993). *Mobilization, Participation, and Democracy in America*. New York: Macmillan.
- Sartori, Giovanni (2005). *The Theory of Democracy Revisited*. Chatham NJ: Chatham House Publishers.
- Schudson, Michael (1998). *The Good Citizen: A History of American Civic Life*. New York: The Free Press.

- Schumpeter, J. A. (1996 (1942)). *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: George Allen & Unwin.
- Schussman, A. and Soule, S. (2005). "Process and Protest: Accounting for Individual Protest Participation", *Social Forces*, 84 (2): 1083-1108.
- Stolle, D. and Hooghe, M. (2005). "Inaccurate, Exceptional, One-Sided or Irrelevant? The Debate about the Alleged Decline of Social Capital and Civic Engagement in Western Societies." *British Journal of Political Science* 35(1): 149-167.
- Stolle, D. and Hooghe, M. (2004). "Emerging Action Repertoires-An Empirical Investigation of New Forms of Participation." Paper delivered at the ECPR Joint Sessions Workshop *Emerging Repertoires of Political Action* in Uppsala April 13-18.
- Teorell, J., Torcal, M. and Montero, R. (2007). "Political Participation: mappin the terrain", in Jan Van Deth, Ramón Montero and Anders Westholm (eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies. A comparative Analysis*. London and New-York: Routledge, 334-357.
- Torcal, M. and Montero, R. (2006). *Political disaffection in contemporary democracies*. London: Routledge.
- Van Biezen, I., Mair, P. and Poguntke, T. (2012). "Going, going...gone? The decline of party membership in contemporary Europe". *European Journal of Political Research* 51 (1): 24-56.
- Van Deth, J., Montero, R. and Westholm, A. (2007). *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*. London and New York: Routledge.
- Van Deth, Jean (2001). "Studying Political Participation: Towards a Theory of Everything?" European Consortium for Political Research, *Working Paper* Grenoble, 6–11 April 2001.
- Verba, Sidney (2006). "Fairness, Equality, and Democracy: Three Big Words." *Social Research: An International Quarterly of Social Sciences* 73(2): 499-540.

- Verba, S., Schlozman, K. and Brady, H. (1995). *Voice and Equality. Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press.
- Verba, S., Nie, N. and Kim, J. (1978). *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison*. Chicago: Chicago University Press.
- Viegas, J. M. L., Teixeira, Conceição and Amador, Inês (2013). “Less and less participatory citizens or atypical participatory citizens? Political participation before and after the Portuguese bailout”. Paper presented at the *Conference in Parliament - Economic Crisis, Austerity Policies and Political Representation*, 8-9 July.
- Viegas, J. M. Leite, Belchior, Ana e Seiceira, Filipa (2010). “Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. Análise comparativa europeia”, *Perspectivas (Portuguese Journal of Political Science and International Relations)* 5: 17-44.
- Viegas, J. M. Leite e Faria, Sérgio (2007). “Participação Política. O caso português numa perspectiva comparative europeia”, In JM. Leite Viegas et al. (eds.), *Portugal no Contexto Europeu – volume I, Instituições e Política*. Lisboa : Celta Editora, 59-76.
- Warren, Mark (ed.) (1999). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Welzel, C., Inglehart, R. and Deutsch, F. (2005). “Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest ‘Civic’ Payoff?” *Journal of Civil Society* 1 (2): 121-146.

ANEXOS

AI - Participação Política em Portugal, Espanha e Grécia (2002-2010)

AI.1. European Social Survey, 2002 -2010

Questões sobre Política e Governo (Designação)	There are different ways of trying to improve things in [country] or help prevent things from going wrong. During the last 12 months, have you done any of the following? Have you... 1= Yes 2= No 8= Don't know				
Variáveis (Modalidades)	2002	2004	2006	2008	2008
Contacted a politician, government or local government official?	B15 ContPIt	B13	B13	B13	B13
Worked in a political party or action group?	B16 WrkPrty	B14	B14	B14	B14
Worked in another organisation or association?	B17 WrkOrg	B15	B15	B15	B15
Signed a petition?	B19 SgnPtit	B17	B17	B17	B17
Taken part in a lawful public demonstration?	B20 PblDmn	B18	B18	B18	B18
Boycotted certain products?	B21*BctPrd	B19	B19	B19	B19

AI.2. Significância das Proporções das Médias – Testes de Qui-Quadrado às Percentagens (Portugal, Espanha e Grécia – 2002 a 2010)

Nota: Consideramos o nível de significância do teste $\alpha = 0.05$. Assim, sempre que o valor p é superior a α , não se rejeita a hipótese nula de igualdade das percentagens, concluindo-se pela não existência de diferenças significativas; em caso contrário, quando o valor p é inferior a α , rejeita-se a hipótese nula e aceita-se a alternativa que afirma que as percentagens não são todas iguais, isto é, são significativamente diferentes. O Teste de Qui-Quadrado é, assim, repetido para a conjugação dos três países com as seis modalidades de participação nas cinco vagas do European Social Survey (2002 – 2010).

Portugal

Contacted politician or government official last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Contacted politician or government official last 12 months	Yes	Count	168	110	182	150	108	718
		% within Ano	11,2%	5,4%	8,2%	6,4%	5,0%	7,0%
	No	Count	1330	1940	2031	2209	2042	9552
		% within Ano	88,8%	94,6%	91,8%	93,6%	95,0%	93,0%
Total	Count	1498	2050	2213	2359	2150	10270	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	68,858^a	4	,000
Likelihood Ratio	64,689	4	,000
Linear-by-Linear Association	30,479	1	,000
N of Valid Cases	10270		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 104,73.

As percentagens de contacto com político ou governante, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 68.858, valor p = 0.000).

Worked in political party or action group last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Worked in political party or action group last 12 months	Yes	Count	58	35	39	34	38	204
		% within Ano	3,9%	1,7%	1,8%	1,4%	1,8%	2,0%
	No	Count	1436	2012	2177	2324	2110	10059
		% within Ano	96,1%	98,3%	98,2%	98,6%	98,2%	98,0%
Total	Count	1494	2047	2216	2358	2148	10263	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	33,057^a	4	,000
Likelihood Ratio	27,590	4	,000
Linear-by-Linear Association	14,685	1	,000
N of Valid Cases	10263		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29,70.

As percentagens de trabalhar em partido ou movimento político, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 33,057, valor p = 0.000).

Worked in another organisation or association last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Worked in another organisation or association last 12 months	Yes	Count	79	53	82	70	85	369
		% within Ano	5,3%	2,6%	3,7%	3,0%	4,0%	3,6%
	No	Count	1413	1989	2132	2288	2062	9884
		% within Ano	94,7%	97,4%	96,3%	97,0%	96,0%	96,4%
Total	Count	1492	2042	2214	2358	2147	10253	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	21,868^a	4	,000
Likelihood Ratio	21,105	4	,000
Linear-by-Linear Association	1,343	1	,246
N of Valid Cases	10253		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 53,70.

As percentagens de trabalhar em organização ou associação social, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 21,868, valor p = 0.000).

Signed petition last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Signed petition last 12 months	Yes	Count	101	90	107	119	124	541
		% within Ano	6,8%	4,4%	4,8%	5,0%	5,8%	5,3%
	No	Count	1394	1955	2103	2242	2023	9717
		% within Ano	93,2%	95,6%	95,2%	95,0%	94,2%	94,7%
Total	Count	1495	2045	2210	2361	2147	10258	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	11,857^a	4	,018
Likelihood Ratio	11,519	4	,021
Linear-by-Linear Association	,116	1	,733
N of Valid Cases	10258		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 78,85.

As percentagens de assinar uma petição, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 11,857, valor p = 0.018 que, por sua vez, é < 0.05).

Taken part in lawful public demonstration last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Taken part in lawful public demonstration last 12 months	Yes	Count	63	72	78	88	64	365
		% within Ano	4,2%	3,5%	3,5%	3,7%	3,0%	3,6%
	No	Count	1434	1974	2136	2272	2082	9898
		% within Ano	95,8%	96,5%	96,5%	96,3%	97,0%	96,4%
Total		Count	1497	2046	2214	2360	2146	10263
		% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,138^a	4	,388
Likelihood Ratio	4,151	4	,386
Linear-by-Linear Association	2,408	1	,121
N of Valid Cases	10263		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 53,24.

As percentagens de participação em manifestação pública nos anos 2002 a 2010 não são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 4.138, valor p = 0.388 que, por sua vez, é > 0.05).

Boycotted certain products last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Boycotted certain products last 12 months	Yes	Count	48	44	59	73	47	271
		% within Ano	3,2%	2,2%	2,7%	3,1%	2,2%	2,6%
	No	Count	1448	2000	2153	2287	2100	9988
		% within Ano	96,8%	97,8%	97,3%	96,9%	97,8%	97,4%
Total		Count	1496	2044	2212	2360	2147	10259
		% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	7,357^a	4	,118
Likelihood Ratio	7,373	4	,117
Linear-by-Linear Association	,515	1	,473
N of Valid Cases	10259		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 39,52.

As percentagens de boicotar certos produtos, nos anos 2002 a 2010 não são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 7,357, valor $p = 0.118$, que, por sua vez, $\acute{e} > 0.05$).

Espanha

Contacted politician or government official last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Contacted politician or government official last 12 months	Yes	Count	199	209	225	260	254	1147
		% within Ano	11,7%	12,6%	12,0%	10,1%	13,5%	11,8%
	No	Count	1507	1444	1646	2308	1628	8533
		% within Ano	88,3%	87,4%	88,0%	89,9%	86,5%	88,2%
Total	Count	1706	1653	1871	2568	1882	9680	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	13,311^a	4	,010
Likelihood Ratio	13,441	4	,009
Linear-by-Linear Association	,061	1	,804
N of Valid Cases	9680		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 195,87.

As percentagens de contacto com político ou governante, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 13,311, valor $p = 0.010$ que, por sua vez, $\acute{e} < 0.05$).

Worked in political party or action group last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Worked in political party or action group last 12 months	Yes	Count	99	123	96	79	132	529
		% within Ano	5,8%	7,4%	5,1%	3,1%	7,0%	5,5%
	No	Count	1609	1532	1778	2495	1751	9165
		% within Ano	94,2%	92,6%	94,9%	96,9%	93,0%	94,5%
Total	Count	1708	1655	1874	2574	1883	9694	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	50,551^a	4	,000
Likelihood Ratio	53,741	4	,000
Linear-by-Linear Association	2,348	1	,125
N of Valid Cases	9694		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 90,31.

As percentagens de trabalhar em partido ou movimento político, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 50,551 , valor p = 0.000).

Worked in another organisation or association last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Worked in another organisation or association last 12 months	Yes	Count	249	295	268	262	331	1405
		% within Ano	14,6%	17,8%	14,3%	10,2%	17,6%	14,5%
	No	Count	1454	1361	1604	2312	1551	8282
		% within Ano	85,4%	82,2%	85,7%	89,8%	82,4%	85,5%
Total	Count	1703	1656	1872	2574	1882	9687	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	67,969^a	4	,000
Likelihood Ratio	70,185	4	,000
Linear-by-Linear Association	1,281	1	,258
N of Valid Cases	9687		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 240,19.

As percentagens de trabalhar em organização ou associação social, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 67,969, valor p = 0.000).

Signed petition last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Signed petition last 12 months	Yes	Count	379	408	426	453	494	2160
		% within Ano	22,3%	24,6%	22,8%	17,6%	26,2%	22,3%
	No	Count	1324	1251	1442	2119	1389	7525
		% within Ano	77,7%	75,4%	77,2%	82,4%	73,8%	77,7%
Total	Count	1703	1659	1868	2572	1883	9685	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	54,745^a	4	,000
Likelihood Ratio	55,836	4	,000
Linear-by-Linear Association	,025	1	,875
N of Valid Cases	9685		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 370,00.

As percentagens de assinar uma petição, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 50,745, valor p = 0.000).

Taken part in lawful public demonstration last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Taken part in lawful public demonstration last 12 months	Yes	Count	274	557	340	408	343	1922
		% within Ano	16,1%	33,6%	18,2%	15,9%	18,2%	19,8%
	No	Count	1433	1099	1532	2164	1540	7768
		% within Ano	83,9%	66,4%	81,8%	84,1%	81,8%	80,2%
Total	Count	1707	1656	1872	2572	1883	9690	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	245,629^a	4	,000
Likelihood Ratio	222,769	4	,000
Linear-by-Linear Association	23,522	1	,000
N of Valid Cases	9690		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 328,47.

As percentagens de participação em manifestação pública nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 245,629, valor p = 0.000).

			Ano					Total
			2002	2004	2006	2008	2010	
Boycotted certain products last 12 months	Yes	Count	131	227	193	205	216	972
		% within Ano	7,7%	13,7%	10,3%	8,0%	11,5%	10,0%
	No	Count	1563	1427	1678	2367	1665	8700
		% within Ano	92,3%	86,3%	89,7%	92,0%	88,5%	90,0%
Total	Count	1694	1654	1871	2572	1881	9672	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	51,485^a	4	,000
Likelihood Ratio	50,672	4	,000
Linear-by-Linear Association	,199	1	,656
N of Valid Cases	9672		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 166,22.

As percentagens de boicotar certos produtos nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 51,485, valor p = 0.000).

Contacted politician or government official last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano				Total
			2002	2004	2008	2010	
Contacted politician or government official last 12 months	Yes	Count	371	325	206	233	1135
		% within Ano	14,5%	13,5%	10,0%	8,6%	11,7%
	No	Count	2187	2081	1861	2473	8602
		% within Ano	85,5%	86,5%	90,0%	91,4%	88,3%
Total	Count	2558	2406	2067	2706	9737	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	58,259^a	3	,000
Likelihood Ratio	59,046	3	,000
Linear-by-Linear Association	57,847	1	,000
N of Valid Cases	9737		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 240,94.

As percentagens de contacto com político ou governante, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 58,259, valor $p = 0.000$).

Worked in political party or action group last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano				Total
			2002	2004	2008	2010	
Worked in political party or action group last 12 months	Yes	Count	127	140	81	78	426
		% within Ano	5,0%	5,8%	3,9%	2,9%	4,4%
	No	Count	2430	2265	1986	2629	9310
		% within Ano	95,0%	94,2%	96,1%	97,1%	95,6%
Total	Count	2557	2405	2067	2707	9736	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	29,623^a	3	,000
Likelihood Ratio	30,394	3	,000
Linear-by-Linear Association	22,589	1	,000
N of Valid Cases	9736		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 90,44.

As percentagens de trabalhar em partido ou movimento político, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 29,623, valor p = 0.000).

Worked in another organisation or association last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano				Total
			2002	2004	2008	2010	
Worked in another organisation or association last 12 months	Yes	Count	145	123	80	127	475
		% within Ano	5,7%	5,1%	3,9%	4,7%	4,9%
last 12 months	No	Count	2410	2283	1988	2578	9259
		% within Ano	94,3%	94,9%	96,1%	95,3%	95,1%
Total		Count	2555	2406	2068	2705	9734
		% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	8,518^a	3	,036
Likelihood Ratio	8,684	3	,034
Linear-by-Linear Association	5,025	1	,025
N of Valid Cases	9734		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 100,91.

As percentagens de trabalhar em organização ou associação social, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 8,518, valor p = 0.036 que, por sua vez, $\epsilon < 0.05$).

Signed petition last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano				Total
			2002	2004	2008	2010	
Signed petition last 12 months	Yes	Count	118	74	99	137	428
		% within Ano	4,6%	3,1%	4,8%	5,1%	4,4%
	No	Count	2436	2330	1967	2570	9303
		% within Ano	95,4%	96,9%	95,2%	94,9%	95,6%
Total	Count	2554	2404	2066	2707	9731	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	13,850 ^a	3	,003
Likelihood Ratio	14,825	3	,002
Linear-by-Linear Association	3,866	1	,049
N of Valid Cases	9731		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 90,87.

As percentagens de assinar uma petição, nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 13,850, valor p = 0.003 que, por sua vez, é < 0.05).

Taken part in lawful public demonstration last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano				Total
			2002	2004	2008	2010	
Taken part in lawful public demonstration last 12 months	Yes	Count	110	115	121	278	624
		% within Ano	4,3%	4,8%	5,9%	10,3%	6,4%
	No	Count	2445	2291	1946	2428	9110
		% within Ano	95,7%	95,2%	94,1%	89,7%	93,6%
Total	Count	2555	2406	2067	2706	9734	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	97,912^a	3	,000
Likelihood Ratio	91,466	3	,000
Linear-by-Linear Association	77,457	1	,000
N of Valid Cases	9734		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 132,51.

As percentagens de participação em manifestação pública nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 97,912, valor p = 0.000).

Boycotted certain products last 12 months * Ano Crosstabulation

			Ano				Total
			2002	2004	2008	2010	
Boycotted certain products last 12 months	Yes	Count	216	118	315	322	971
		% within Ano	8,5%	4,9%	15,2%	11,9%	10,0%
	No	Count	2319	2285	1753	2380	8737
		% within Ano	91,5%	95,1%	84,8%	88,1%	90,0%
Total	Count	2535	2403	2068	2702	9708	
	% within Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	149,232^a	3	,000
Likelihood Ratio	155,596	3	,000
Linear-by-Linear Association	73,136	1	,000
N of Valid Cases	9708		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 206,84.

As percentagens de boicotar certos produtos nos anos 2002 a 2010 são significativamente diferentes (valor do Teste Qui-quadrado = 149,232, valor p = 0.000).

AII. Participação Política em Portugal (2008-2012)

Questões sobre Participação Política (Designação)	EVS_L39. Para cada uma das diferentes formas de acção política que a seguir lhe vou ler, gostava que me dissesse se alguma vez fez, se não fez mas admite fazer ou se não fez e não admite fazer em qualquer circunstância. 1= Sim, já fez 2= Não fez, mas admite fazer 3= Não fez e não admite fazer	
Variáveis (Modalidades)	2008	2012
Assinar uma petição ou um abaixo-assinado	EVS_L39.1	EVS_L36.1
Participar em boicotes	EVS_L39.2	—
Participar em manifestações legais	EVS_L39.3	EVS_L36.2
Participar em greves legais	EVS_L39.4	CS_L36.3
Participar em greves não legais	EVS_L39.5	—
Ocupar edifícios ou fábricas	EVS_L39.6	EVS_L36.4
Escrever uma carta para um jornal	EVS_L39.7	—
Contactar directamente um político ou um governante (na rua, por carta ou telefone)	EVS_L39.8	EVS_L36.5
Colar cartazes ou distribuir folhetos	EVS_L39.10	EVS_L36.6
Bloquear uma estrada ou uma linha férrea	EVS_L39.11	EVS_L36.7
Comprar deliberadamente algum produto por razões políticas, éticas ou ambientais	EVS_L39.13	CID_L36.8
Colaborar com um Movimento de Intervenção Política que não um partido	EVS_L39.14	CID_L36.9
Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social	EVS_L39.15	CID_L36.10
Participar num fórum ou grupo de discussão política na Internet (blogue, etc.)	JP_L39.17	JP_L36.11
Ser militante de um Partido Político	—	CITREP_L36.12
Provocar danos materiais em espaços públicos.	—	CITREP_L36.13
Ser membro de uma associação	—	CITREP_L36.14

AII.1 Determinantes Individuais (Inquéritos à População Portuguesa – 2008 e 2012)

	2008	2012
Variável	Nome/Operacionalização	Variável
Género	CCS_Q54 1= homens 2= mulheres	Q.49 1= homens 2= mulheres
Idade	Idade_recod 1= 18-24 anos 2= 25-34 anos 3= 35-44 anos 4= 45-64 anos 5= 65 ou mais anos	Q.50_Escalões 1= 18-24 anos 2= 25-34 anos 3= 35-44 anos 4= 45-64 anos 5= 65 ou mais anos
Instrução	Instrução_recode 1= Até 4º ano 2= Até 9º ano 3= 12º ano 4= Universitário	Q.54

Situação face ao trabalho	<p>CCS_Q60</p> <p>1= Trabalhador a tempo inteiro (32 hrs por semana ou mais)</p> <p>1= Trabalhador por conta própria</p> <p>2= Trabalhador a tempo parcial (15 a 32 hrs por semana)</p> <p>3= Trabalhador a tempo parcial (menos de 15 hrs por semana)</p> <p>4= Trabalhador a tempo parcial (menos de 15 hrs por semana)</p> <p>5= Apoio a um membro familiar</p> <p>6=Desempregado</p> <p>7= Estudante</p> <p>8=Reformado</p> <p>9= Ocupa-se das tarefas domésticas</p> <p>10= Outras tarefas fora do mercado de trabalho</p> <p>11= Inválido</p>	<p>Q.55</p> <p>1= Trabalhador por conta – própria</p> <p>2= Trabalhador a tempo parcial (15 a 32 hrs por semana)</p> <p>3= Trabalhador a tempo parcial (menos de 15 hrs por semana)</p> <p>4= Trabalhador a tempo parcial (menos de 15 hrs por semana)</p> <p>5= Apoio a um membro familiar</p> <p>6=Desempregado</p> <p>7= Estudante</p> <p>8=Reformado</p> <p>9= Ocupa-se das tarefas domésticas</p> <p>10= Outras tarefas fora do mercado de trabalho</p>
Habitat	<p>HABI</p> <p>1= Até 1.999 habitantes</p> <p>2= De 2.000 a 9.999 habitantes</p> <p>3= De 10.000 a 19.999 habitantes</p> <p>4= De 20.000 a 49.999 habitantes</p> <p>5= De 50.000 a 99.999 habitantes</p> <p>6= Mais de 100.000 habitantes</p>	<p>A.1</p> <p>1= Até 1.999 habitantes</p> <p>2= De 2.000 a 9.999 habitantes</p> <p>3= De 10.000 a 19.999 habitantes</p> <p>4= De 20.000 a 49.999 habitantes</p> <p>5= De 50.000 a 99.999 habitantes</p> <p>6= Mais de 100.000 habitantes</p>
Interesse pela política	<p>EVS_L37</p> <p>1= Nenhum interesse</p> <p>2= Pouco Interesse</p> <p>3= Algum interesse</p> <p>4= Muito interesse</p>	<p>L.35</p> <p>1= Nenhum interesse</p> <p>2= Pouco Interesse</p> <p>3= Algum interesse</p> <p>4= Muito interesse</p>
Identificação partidária	<p>EES_E18</p> <p>1= Apenas simpatizante</p> <p>2= Identificado</p> <p>3= Muito identificado</p>	<p>C.11.1</p> <p>1= Apenas simpatizante</p> <p>2= Identificado</p> <p>3= Muito identificado</p>

Mobilização cognitiva – exposição aos media	MediaExposure Index 1= Mínima exposição 5= Máxima exposição	MEDIA_EXPOSURE 1= Mínima exposição 5= Máxima exposição
Posicionamento Ideológico	GCS_E14 1= Esquerda 10= Direita	C.8 1= Esquerda 10= Direita
Pós-materialismo	Índice P_M2008 1= Discordo totalmente 2= Discordo 3= Nem concordo nem discordo 4= Concordo 5= Concordo totalmente	Índice P_M2012 1= Discordo totalmente 2= Discordo 3= Nem concordo nem discordo 4= Concordo 5= Concordo totalmente
	CCS_G21_3RR	H.25.2
	CCS_G21_11RR	H.25.6
	CCS_G21_4RR	H.25.1
Pertença a associações da sociedade	Índice P_Ass_Soc 1= Sim 2= Não	L.36.14 1= Sim 2= Não
	GCS_O52_1_4	
	GCS_O52_1_8	
Confiança nas instituições	Índice Conf_Inst_Polí_2008 1= Nenhuma confiança 2= Pouca confiança 3= Alguma confiança 4= Muita confiança	Índice Conf_Inst_Polí_2012 1= Nenhuma confiança 2= Pouca confiança 3= Alguma confiança 4= Muita confiança
	Confiança Parlamento	Confiança Parlamento
	Confiança partidos	Confiança partidos
	Confiança tribunais	Confiança tribunais
	Confiança governo	Confiança governo
	Confiança presidente	Confiança presidente

Satisfação com o funcionamento da democracia	CCS_A1 1= Nada satisfeito 2= Pouco satisfeito 3= Satisfeito 4= Muito satisfeito	CCS.A2 1= Nada satisfeito 2= Pouco satisfeito 3= Satisfeito 4= Muito satisfeito
Avaliação do desempenho económico do governo	CEAPP05_F19 1= Muito mau 2= Mau 3= Bom 4= Muito bom	D.12 1= Muito mau 2= Mau 3= Bom 4= Muito bom
Avaliação da situação económica do país	CEAPP05_B8 1= Muito mau 2= Mau 3= Bom 4= Muito bom	E.14 1= Muito mau 2= Mau 3= Bom 4= Muito bom

AII.2. Agregação da variável dependente – LatentGold

Estimativas dos parâmetros do modelo de classes latentes com duas classes (2008)

	Cluster1	Cluster2
Cluster Size	0,501	0,499
Indicators		
Assinar petição ou abaixo-assinado		
Sim, já fez	0,3715	0,041
Não fez, mas admite fazer	0,5698	0,1685
Não fez e não admite fazer	0,0588	0,7905
Participar em manifestações legais		
Sim, já fez	0,2242	0,011
Não fez, mas admite fazer	0,7348	0,015
Não fez e não admite fazer	0,0409	0,974
Participar em greves legais		
Sim, já fez	0,2158	0,0117
Não fez, mas admite fazer	0,6804	0,0298
Não fez e não admite fazer	0,1038	0,9584
Ocupar edifícios ou fábricas		
Sim, já fez	0,0107	0,0015
Não fez, mas admite fazer	0,3063	0,0022
Não fez e não admite fazer	0,683	0,9963
Bloquear uma estrada ou uma linha férrea		
Sim, já fez	0,0183	0
Não fez, mas admite fazer	0,3572	0,0047
Não fez e não admite fazer	0,6245	0,9953

Modalidades	2008	2012
Petição	EVS_L39_1	L.36.1
Manifestação legal	EVS_L39_3	L.36.2
Greve legal	EV_L39_4	L.36.3
Ocupar edifícios ou fábricas	EVS_L39_6	L.36.4
Bloquear estrada ou linha férrea	EVS_L39_11	L.36.7

	<i>Sim, já fez ou Não fez, mas admite fazer</i> (Classe1)	<i>Não fez e não admite fazer</i> (Classe2)
Dimensão das classes	0,501	0,499
Indicadores		
Assinar petição	0,3715; 0,5698	0,7905
Manifestação Legal	0,2242; 0,7348	0,974
Greve Legal	0,2158; 0,6804	0,9584
Ocupar edifícios ou fábricas	0,0107; 0,3063	0,9963
Bloquear estrada ou linha-férrea	0,0183; 0,3572	0,9953

Nota explicativa para leitura das duas tabelas: Todos os valores destas tabelas representam probabilidades, embora de tipos diferentes: na primeira tabela, os valores **0.501** e **0.499** representam as probabilidades de indivíduos classificados nas classes 1 e 2, segundo as respectivas características (variáveis usadas e que constam dos apêndices); na segunda tabela, as restantes probabilidades são probabilidades de respostas dadas pelo indivíduo, condicionada a ter sido classificado na classe 1 ou na classe 2: por exemplo, **0.3715** e **0.041** representam as probabilidades de cada indivíduo responder *Sim, já fez*, em relação a “Assinar petição”, sabendo que foi classificado na classe 1 (participação de protesto, manifesta ou potencial) ou na classe 2 (não participação), respectivamente. Porque **0.3715** é maior do que **0.041**, a classe 1 é característica do perfil dos indivíduos em 2008 (visível na segunda tabela).

Perfis de Protesto Político em Portugal (2008):

Assim, os resultados dos modelos de classes latentes permitiram identificar a variável latente (não observada directamente), o Protesto Político em 2008, à custa de múltiplos indicadores, variável com duas categorias: 1 – *Sim, já fez ou Não fez, mas admite fazer* e 2 - *Não fez e não admite fazer*. O mesmo procedimento é executado para a vaga de 2012.

Estimativas dos parâmetros do modelo de classes latentes com 2 classes (2012):

	Cluster1	Cluster2
Cluster Size	0,6603	0,3397
Indicators		
Assinar petição		
Sim, já fez	0,4848	0,1495
Não fez, mas admite fazer	0,4564	0,1891
Não fez e não admite fazer	0,0587	0,6614
Participar em manifestações legais		
Sim, já fez	0,3638	0,0398
Não fez, mas admite fazer	0,6079	0,0192
Não fez e não admite fazer	0,0283	0,9411
Participar em greves legais		
Sim, já fez	0,3413	0,0784

Não fez, mas admite fazer	0,5039	0,0425
Não fez e não admite fazer	0,1549	0,8791
Ocupar edifícios ou fábricas		
Sim, já fez	0,0424	0,0031
Não fez, mas admite fazer	0,205	0,0035
Não fez e não admite fazer	0,7526	0,9933
Bloquear uma estrada ou linha férrea		
Sim, já fez	0,0324	0,0045
Não fez, mas admite fazer	0,1776	0,0076
Não fez e não admite fazer	0,7901	0,9879

Perfis de Protesto Político em Portugal (2012):

	<i>Sim, já fez ou Não fez, mas admite fazer</i> (Classe1)	<i>Não fez e não admite fazer</i> (Classe2)
Dimensão das classes	0,6603	0,3397
Indicadores		
Assinar petição	0,4848; 0,4564	0,6614
Manifestação Legal	0,3638; 0,6079	0,9411
Greve Legal	0,3413; 0,5039	0,8791
Ocupar edifícios ou fábricas	0,0424; 0,205	0,9933
Bloquear estrada ou linha-férrea	0,0324; 0,1776	0,9879

Porque **0.6603** é maior do que **0.3397**, a categoria 1, participação manifesta ou potencial, continua a ser característica do perfil dos indivíduos em 2012, de uma forma ainda mais pronunciada que em 2008 (visível na segunda tabela), enfatizando, assim, a subida percentual na inclinação para o Protesto Político, de 50% em 2008 para 66% em 2012.

AII.3. Modelo de Regressão Logística Binária

Bloco 1 (2008)

Adequabilidade do modelo:

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1574,545 ^a	,170	,226

a. Estimation terminated at iteration number 20 because maximum iterations has been reached. Final solution cannot be found.

Ajustamento do modelo aos dados:

Hosmer and Lemeshow Test

Step	Chi-square	df	Sig.
1	2,700	8	,952

Estimativas dos coeficientes de regressão e respectivos testes à significância:

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
CCS_Q54(1)	,300	,132	5,176	1	,023	1,350
CCS_Q54(2)						1,000
idade_recod			6,588	4	,159	
idade_recod(1)	,387	,282	1,875	1	,171	1,472
idade_recod(2)	-,331	,319	1,077	1	,299	,718
idade_recod(3)	,150	,243	,379	1	,538	1,161
idade_recod(4)	,154	,193	,637	1	,425	1,166
idade_recod(5)						1,000
Instrução_Recode			175,480	3	,000**	
Instrução_Recode(1)	2,585	,309	69,840	1	,000**	13,263
Instrução_Recode(2)	1,323	,316	17,517	1	,000**	3,756
Instrução_Recode(3)	,758	,340	4,975	1	,026*	2,133
Step 1 ^a Instrução_Recode(4)						1,000
CCS_Q60			5,732	9	,766	
CCS_Q60(1)	19,756	40152,942	,000	1	1,000	380071270,534
CCS_Q60(2)	19,579	40152,942	,000	1	1,000	318516938,570
CCS_Q60(3)	18,124	40152,942	,000	1	1,000	74311991,871
CCS_Q60(4)	39,643	56813,146	,000	1	,999	1646448256164 61984,000
CCS_Q60(5)	19,826	40152,942	,000	1	1,000	407490534,802
CCS_Q60(6)	19,115	40152,942	,000	1	1,000	200287342,206
CCS_Q60(7)	19,687	40152,942	,000	1	1,000	354763012,925
CCS_Q60(8)	19,650	40152,942	,000	1	1,000	341972432,715
CCS_Q60(9)	19,416	40152,942	,000	1	1,000	270442913,391
CCS_Q60(10)						1,000

HABI			24,624	5	,000**	
HABI(1)	-,710	,198	12,870	1	,000**	,492
HABI(2)	-,274	,228	1,448	1	,229	,760
HABI(3)	-,931	,260	12,820	1	,000**	,394
HABI(4)	-,923	,247	13,989	1	,000**	,397
HABI(5)	-,526	,334	2,483	1	,115	,591
HABI(6)						1,000
Constant	-21,179	40152,942	,000	1	1,000	,000

a. Variable(s) entered on step 1: CCS_Q54, idade_recod, Instrução_Recode, CCS_Q60, HABI.
p < 0.05; p < 0.01

Bloco 2 (2008)

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	244,258 ^a	,147	,208

a. Estimation terminated at iteration number 20 because maximum iterations has been reached. Final solution cannot be found.

Hosmer and Lemeshow Test

Step	Chi-square	df	Sig.
1	3,501	8	,899

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
EVS_L37			2,236	4	,693	
EVS_L37(1)	-22,524	40192,409	,000	1	1,000	,000
EVS_L37(2)	-23,123	40192,409	,000	1	1,000	,000
EVS_L37(3)	-22,787	40192,409	,000	1	1,000	,000
EVS_L37(4)	-23,051	40192,409	,000	1	1,000	,000
EVS_L37(5)						1,000
EES_E18			,599	4	,963	
EES_E18(1)	-23,431	40192,988	,000	1	1,000	,000
EES_E18(2)	-22,655	40192,988	,000	1	1,000	,000
EES_E18(3)	-22,885	40192,988	,000	1	1,000	,000
EES_E18(4)	-45,518	48260,173	,000	1	,999	,000
EES_E18(5)						1,000
MediaExposureIndex	-,647	,187	11,922	1	,001	,524
GCS_E14			10,140	9	,339	
GCS_E14(1)	-1,828	1,784	1,050	1	,305	,161
GCS_E14(2)	-2,718	1,638	2,754	1	,097	,066
GCS_E14(3)	-2,108	1,265	2,779	1	,096	,121
GCS_E14(4)	-2,879	1,247	5,326	1	,021	,056
GCS_E14(5)	-2,395	1,213	3,900	1	,048	,091
GCS_E14(6)	-2,009	1,181	2,896	1	,089	,134
GCS_E14(7)	-2,468	1,263	3,818	1	,051	,085
GCS_E14(8)	-2,062	1,209	2,911	1	,088	,127

GCS_E14(9)	-1,307	1,229	1,131	1	,288	,271
GCS_E14(10)						1,000
P_M2008(1)	,076	,359	,045	1	,832	1,079
P_M2008(2)						1,000
Constant	48,747	56840,541	,000	1	,999	1480431062601 114600000,000

a. Variable(s) entered on step 1: EVS_L37, EES_E18, MediaExposureIndex, GCS_E14, P_M2008.

Bloco 3 (2008)

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1564,090 ^a	,005	,007

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Hosmer and Lemeshow Test

Step	Chi-square	df	Sig.
1	1,026	1	,311

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
P_Ass_Soc(1)	,072	,326	,049	1	,824	1,075
P_Ass_Soc(2)						1,000
Step 1 ^a Conf_Inst_Poli_2008(1)	,462	,231	4,017	1	,045	1,587
Conf_Inst_Poli_2008(2)						1,000
Constant	-1,395	,292	22,841	1	,000	,248

a. Variable(s) entered on step 1: P_Ass_Soc, Conf_Inst_Poli_2008.

Bloco 4 (2008)

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1803,916 ^a	,011	,015

a. Estimation terminated at iteration number 20 because maximum iterations has been reached. Final solution cannot be found.

Hosmer and Lemeshow Test

Step	Chi-square	df	Sig.
1	2,004	7	,960

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
CCS_A1			1,897	5	,863	
CCS_A1(1)	-,163	1,444	,013	1	,910	,850
CCS_A1(2)	-,306	1,443	,045	1	,832	,736
CCS_A1(3)	-,326	1,444	,051	1	,822	,722
CCS_A1(4)	-,083	1,565	,003	1	,958	,920
CCS_A1(5)	-,509	1,472	,120	1	,729	,601
CCS_A1(6)						1,000
CEAPP05_F19			1,840	5	,871	
CEAPP05_F19(1)	,281	,445	,400	1	,527	1,325
CEAPP05_F19(2)	,291	,423	,473	1	,492	1,338
CEAPP05_F19(3)	,394	,430	,840	1	,359	1,483
Step 1 ^a CEAPP05_F19(4)	,888	,842	1,114	1	,291	2,431
CEAPP05_F19(5)	,227	,485	,219	1	,640	1,254
CEAPP05_F19(6)						1,000
CEAPP05_B8			7,601	6	,269	
CEAPP05_B8(1)	-21,247	28390,324	,000	1	,999	,000
CEAPP05_B8(2)	-21,257	28390,324	,000	1	,999	,000
CEAPP05_B8(3)	-21,417	28390,324	,000	1	,999	,000
CEAPP05_B8(4)	-21,086	28390,324	,000	1	,999	,000
CEAPP05_B8(5)	-21,037	28390,324	,000	1	,999	,000
CEAPP05_B8(6)	-20,091	28390,324	,000	1	,999	,000
CEAPP05_B8(7)						1,000
Constant	21,191	28390,324	,000	1	,999	1596621357,596

a. Variable(s) entered on step 1: CCS_A1, CEAPP05_F19, CEAPP05_B8.

Bloco 1 (2012)

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1039,891 ^a	,120	,162

a. Estimation terminated at iteration number 20 because maximum iterations has been reached. Final solution cannot be found.

Hosmer and Lemeshow Test

Step	Chi-square	df	Sig.
1	7,523	8	,481

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Q.49(1)	,215	,159	1,833	1	,176	1,240
Q.50_Escalões			2,452	4	,653	
Q.50_Escalões(1)	-,420	,468	,804	1	,370	,657
Q.50_Escalões(2)	-,483	,369	1,710	1	,191	,617
Q.50_Escalões(3)	-,381	,355	1,150	1	,284	,683
Q.50_Escalões(4)	-,433	,286	2,280	1	,131	,649
Q.50_Escalões(5)						1,000
Q.54			30,121	7	,000	
Q.54(1)	1,614	,713	5,115	1	,024	5,021
Q.54(2)	2,439	,670	13,249	1	,000	11,460
Q.54(3)	1,251	,302	17,224	1	,000	3,495
Q.54(4)	,974	,311	9,807	1	,002	2,648
Q.54(5)	,566	,292	3,771	1	,052	1,762
Q.54(6)	,321	,283	1,290	1	,256	1,379
Q.54(7)	,654	,549	1,420	1	,233	1,924
Q.54(8)						1,000
Step 1 ^a Q.55			7,400	9	,596	
Q.55(1)	,485	1,465	,110	1	,740	1,625
Q.55(2)	,051	1,443	,001	1	,972	1,053
Q.55(3)	,462	1,529	,092	1	,762	1,588
Q.55(4)	21,051	40192,970	,000	1	1,000	1387801643,25
Q.55(5)	-21,474	27832,164	,000	1	,999	,000
Q.55(6)	,245	1,446	,029	1	,865	1,278
Q.55(7)	,013	1,487	,000	1	,993	1,013
Q.55(8)	,474	1,454	,106	1	,744	1,606
Q.55(9)	,816	1,473	,307	1	,580	2,261
Q.55(10)						1,000
A.1			13,173	3	,004	
A.1(1)	-,124	,814	,023	1	,879	,883
A.1(2)	,119	,817	,021	1	,884	1,126
A.1(3)	,949	,855	1,232	1	,267	2,583
A.1(4)						1,000
Constant	-,480	1,697	,080	1	,777	,619

a. Variable(s) entered on step 1: Q.49, Q.50_Escalões, Q.54, Q.55, A.1.

Bloco 2 (2012)

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	467,247 ^a	,154	,207

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Hosmer and Lemeshow Test

Step	Chi-square	df	Sig.
1	10,501	8	,232

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	Df	Sig.	Exp(B)
L.35			4,224	3	,238	
L.35(1)	-,624	,489	1,627	1	,202	,536
L.35(2)	-,939	,476	3,894	1	,048	,391
L.35(3)	-,634	,471	1,816	1	,178	,530
L.35(4)						1,000
C.11.1			,361	2	,835	
C.11.1(1)	,278	,463	,360	1	,548	1,320
C.11.1(2)	,243	,525	,215	1	,643	1,276
C.11.1(3)						1,000
MEDIA_EXPOSURE			40,550	16	,001	
MEDIA_EXPOSURE(1)	2,011	1,273	2,493	1	,114	7,468
MEDIA_EXPOSURE(2)	1,774	1,006	3,111	1	,078	5,896
MEDIA_EXPOSURE(3)	1,838	,984	3,491	1	,062	6,286
MEDIA_EXPOSURE(4)	1,540	,830	3,445	1	,063	4,663
MEDIA_EXPOSURE(5)	1,382	,697	3,937	1	,047	3,984
MEDIA_EXPOSURE(6)	1,992	,772	6,650	1	,010	7,330
MEDIA_EXPOSURE(7)	,944	,698	1,833	1	,176	2,571
MEDIA_EXPOSURE(8)	2,010	,748	7,227	1	,007	7,462
MEDIA_EXPOSURE(9)	,493	,654	,568	1	,451	1,638
MEDIA_EXPOSURE(10)	,277	,673	,169	1	,681	1,319
Step 1 ^a MEDIA_EXPOSURE(11)	,883	,681	1,682	1	,195	2,419
MEDIA_EXPOSURE(12)	,548	,718	,582	1	,446	1,730
MEDIA_EXPOSURE(13)	-,317	,702	,204	1	,652	,728
MEDIA_EXPOSURE(14)	,292	,739	,156	1	,693	1,339
MEDIA_EXPOSURE(15)	,290	,726	,160	1	,689	1,337
MEDIA_EXPOSURE(16)	-1,232	,969	1,615	1	,204	,292
MEDIA_EXPOSURE(17)						1,000
C.8			13,204	10	,212	
C.8(1)	-,308	,676	,207	1	,649	,735
C.8(2)	-,295	,923	,102	1	,749	,744
C.8(3)	-,614	,733	,702	1	,402	,541
C.8(4)	-,310	,659	,221	1	,638	,734
C.8(5)	,101	,664	,023	1	,879	1,106
C.8(6)	-,423	,615	,473	1	,492	,655
C.8(7)	,404	,704	,329	1	,566	1,498
C.8(8)	1,021	,803	1,619	1	,203	2,777
C.8(9)	,690	,728	,898	1	,343	1,993
C.8(10)	,020	1,031	,000	1	,984	1,021
C.8(11)						1,000
P_M2012(1)	-,302	,236	1,641	1	,200	,739
P_M2012(2)						1,000
Constant	,224	,997	,051	1	,822	1,251

a. Variable(s) entered on step 1: L.35, C.11.1, MEDIA_EXPOSURE, C.8, P_M2012.

Bloco 3 (2012)

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	979,872 ^a	,146	,198

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Hosmer and Lemeshow Test

Step	Chi-square	df	Sig.
1	4,450	4	,349

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	Df	Sig.	Exp(B)
L.36.14			118,862	2	,000	
L.36.14(1)	-1,633	,210	60,657	1	,000	,195
L.36.14(2)	-1,726	,176	96,621	1	,000	,178
Step 1 ^a L.36.14(3)						1,000
Conf_Inst_Polí_2012(1)	,016	,155	,010	1	,919	1,016
Conf_Inst_Polí_2012(2)						1,000
Constant	1,199	,133	80,840	1	,000	3,318

a. Variable(s) entered on step 1: L.36.14, Conf_Inst_Polí_2012.

Bloco 4 (2012)

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1144,054 ^a	,017	,023

a. Estimation terminated at iteration number 20 because maximum iterations has been reached. Final solution cannot be found.

Hosmer and Lemeshow Test

Step	Chi-square	df	Sig.
1	3,276	6	,773

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
CCS.A2			,574	5	,989	
CCS.A2 (1)	-20,565	40167,762	,000	1	1,000	,000
CCS.A2 (2)	-20,683	40167,762	,000	1	1,000	,000
CCS.A2 (3)	-20,624	40167,762	,000	1	1,000	,000
CCS.A2 (4)	-20,871	40167,762	,000	1	1,000	,000
CCS.A2 (5)	-20,560	40167,762	,000	1	1,000	,000
CCS_A1(6)						1,000
D.12			2,141	5	,829	
D.12 (1)	,470	,488	,928	1	,335	1,600
D.12 (2)	,496	,452	1,204	1	,273	1,642
D.12 (3)	,404	,464	,756	1	,384	1,497
D.12 (4)	1,470	1,206	1,487	1	,223	4,351
D.12 (5)	,416	,535	,606	1	,436	1,516
D.12 (6)						1,000
E.14			8,576	5	,127	
E.14 (1)	-,919	,805	1,302	1	,254	,399
E.14 (2)	-1,227	,803	2,337	1	,126	,293
E.14 (3)	-1,091	,815	1,792	1	,181	,336
E.14 (4)	-,815	,865	,888	1	,346	,443
E.14 (5)	,208	1,108	,035	1	,851	1,231
E.14 (6)						1,000
Constant	21,652	40167,762	,000	1	1,000	2530687265,96

a. Variable(s) entered on step 1: CCS.A2, D.12, E.14.

1. Dados pessoais/gerais – Identificação:

Nome: Inês Filipa Bernardo Amador

Local de Nascimento: Beja

Data de Nascimento: 28 de Maio de 1989

Sexo: Feminino

Naturalidade: Beja

Nacionalidade: Portuguesa

Morada: Estrada da Luz, 224, 2º Direito, 1600-065, Lisboa – Portugal

TM: +351 937 969 986

Correio electrónico: ines_amador@hotmail.com

2. Experiência Profissional:

Datas: 3 de Janeiro de 2012 a 2 de Julho de 2012

Função/Cargo ocupado: Estagiário investigador

Principais actividades/responsabilidades: Desenvolvimento de um projecto de investigação (análise de literatura; elaboração de inquéritos; análise de dados estatísticos; contacto com parceiros institucionais e não institucionais relevantes; elaboração do relatório final; familiaridade com as estruturas e actividade da organização, em geral)

Nome e morada do empregador: Organização Internacional para as Migrações (OIM)
– Rua José Estêvão, 137 – 8º Piso, 1150-201 Lisboa.

Tipo de empresa ou sector: Organização intergovernamental dedicada à área das migrações

Datas: 1 de Outubro de 2011 a 31 de Dezembro de 2011

Função/Cargo ocupado: Estagiário

Principais actividades/responsabilidades: Desenvolvimento de tarefas em Estudos Políticos, Relações Internacionais, comunicação e imagem, secretariado e informática, entre outras.

Nome e morada do empregador: Observatório Político - *Avenida Elias Garcia*, nº 123 – 7º E 1050-098 Lisboa

Tipo de empresa ou sector: Associação de Investigação Científica em Estudos Políticos

Datas: 15 de Novembro de 2010 a 31 de Maio de 2011

Função/Cargo ocupado: Estagiário

Principais actividades/responsabilidades: Responsável pela introdução e actualização de dados na Unidade de Informação e Comunicação.

Nome e morada do empregador: Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) -Palacete do Relógio, Cais do Sodré, 1200-450 Lisboa (Portugal)

Tipo de empresa ou sector: Actividades Administrativas e Dos Serviços De Apoio

3. Educação e Formação Académica:

Datas: 19 de Setembro de 2011 a 28 de Junho de 2013

Designação: Mestrado em Ciência Política – Classificação: 16 valores

Principais disciplinas/competências profissionais: Direito e Cidadania; Democracia: Problemas e Debates Contemporâneos; Economia e Políticas Públicas; Governação e Globalização; História Europeia Comparada; Atitudes e Comportamentos Políticos; Eleições, Partidos e Representação Política; Sociedade Civil; Análise de Dados em Ciências Sociais e Métodos Avançados.

Organização de ensino: Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL

Datas: Setembro de 2009 a Fevereiro de 2010

Designação: Frequência de 1º Semestre do Programa Erasmus na Licenciatura de Ciências Políticas y de la Administración

Principais disciplinas/competências profissionais: Geografía Política; Sociología Política; Partidos y Sistemas de Partidos; Teoría y Práctica de las Democracias; Cultura y Participación Política en España; Introducción al Cambio Social.

Organização de ensino: Universidad Complutense de Madrid – Facultad de Ciencias Políticas y Sociología

Datas: Setembro de 2007 a Fevereiro de 2011

Designação: Licenciatura em Ciência Política – Classificação: 13 valores

Principais disciplinas/competências profissionais: Introdução às Relações Internacionais; Teoria Política/Pensamento Político e Contemporâneo; Finanças Públicas; Administração e Políticas Públicas; Estado e Globalização; Projecto Europeu; Métodos Quantitativos para a Ciência Política; Sistemas de Governo; Representação Política e Sistemas Eleitorais; Sociologia Política; Comunicação Política; Cidadania e Participação Política; Tecnologias de Informação, Comunicação e Acção Política.

Organização de ensino: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, ISCSP-UTL

4. Aptidões e Competências Pessoais:

Língua materna: Português

Outras línguas: Inglês e Espanhol*

	Compreensão		Conversação		Escrita
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
Inglês	C1 – Utilizador experiente				
Espanhol	C1 – Utilizador experiente				

*[*Níveis do Quadro Europeu Comum de Referência*](#)

Conhecimentos informáticos: Domínio do software Office na óptica do utilizador (Word, Excel, PowerPoint), ferramentas e programas de Backoffice, SPSS Statistics.

4. Organização e Participação:

Datas: 8 e 9 de Julho de 2013

Designação: Artigo – “*Less and less participatory citizens or atypical participatory citizens? Political participation before and after the Portuguese bailout*”, José Manuel Leite Viegas (ISCTE-CIES), Conceição Pequito Teixeira (ISCSP-CIES) e Inês Amador (ISCTE)

Organização: Conferência no Parlamento – Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política

Datas: 23 a 25 de Novembro de 2012

Designação: Artigo – “*The Social Capital in Europe its structure and trends*”, Conceição Pequito (ISCSP-CIES) e Inês Amador (ISCTE-IUL)

Organização: Conferência Internacional sobre o European Social Survey (ESS), Presidência Cipriota do Conselho da União Europeia, Chipre

Datas: 3 de Janeiro de 2012 a 2 de Julho de 2012

Designação: Participação e Desenvolvimento do Projecto de Investigação «*Participação Eleitoral dos Estrangeiros de Portugal: Emigrantes e Imigrantes*» na Organização Internacional para as Migrações financiado pela Direcção Geral da Administração Interna e pela Comissão Nacional de Eleições

Organização: CIES-ISCTE, IUL e Organização Internacional para as Migrações, OIM

Datas: Junho de 2012 a Novembro de 2012

Designação: Participação na realização de Inquéritos aos Deputados Portugueses no âmbito do Projecto «*Eleições, Liderança e Responsabilização: a representação política em Portugal, uma perspectiva longitudinal e comparativa*»

Organização: CIES-ISCTE, IUL

Datas: 1 a 3 de Março de 2012

Designação: Participação no VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência – Apresentação do Artigo «Pós-Institucionalismo: entre o descrédito institucional e o neoactivismo» no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, ISCSP-UTL

Organização: Associação Portuguesa de Ciência Política, APCP

Datas: Fevereiro de 2011 a Maio de 2011

Designação: Participação como Recenseur nos Censos 2011 - XV Recenseamento da População e V Recenseamento Geral da Habitação

Organização: Instituto Nacional de Estatística, INE

Datas: Abril de 2010

Designação: *Workshop* “Ciência, Política e Media”

Organização: Fundação Calouste Gulbenkian

Datas: Abril de 2010

Designação: Participação na «Cimeira (Ideal) dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio» na Faculdade de Direito de Lisboa

Organização: Amnistia Internacional e Associação das Nações Unidas Portugal